



Relatório de Auditoria

Prestação de Contas de Prefeito 2017

Processo TCE-PE nº 18100787-3

Cons. VALDECIR PASCOAL

Prefeitura Municipal de Saloá



Relatório de Auditoria

Processo TCE-PE nº 18100787-3

Prestação de Contas de Prefeito 2017

Cons. VALDECIR PASCOAL

SEGMENTO

Gerência de Contas de Governos Municipais (GEGM)

SERVIDORA DESIGNADA

MÁRCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL

UNIDADE JURISDICIONADA

Prefeitura Municipal de Saloá


SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
2.1 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)	7
2.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	10
2.3 CRÉDITOS ADICIONAIS	11
2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
2.4.1 RECEITA ARRECADADA	14
2.4.2 DESPESA REALIZADA	17
3 GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	20
3.1 CONTROLE POR FONTE/DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	21
3.2 ASPECTOS RELACIONADOS AO ATIVO	23
3.2.1 DÍVIDA ATIVA	24
3.3 ASPECTOS RELACIONADOS AO PASSIVO	27
3.3.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	29
3.4 RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	31
3.5 CAPACIDADE DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS DE CURTO PRAZO	34
4 REPASSE DE DUODÉCIMOS À CÂMARA DE VEREADORES	37
5 GESTÃO FISCAL	40
5.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL	41
5.2 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	45
5.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	46
5.4 RESTOS A PAGAR DO PODER EXECUTIVO	47
6 GESTÃO DA EDUCAÇÃO	49
6.1 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	54
6.2 APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	55
6.3 LIMITE DO SALDO DA CONTA DO FUNDEB	56
7 GESTÃO DA SAÚDE	58
7.1 APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	61
8 GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	62
8.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO	64
8.2 EQUILÍBRIO ATUARIAL	66
8.3 RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	70
8.4 ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO	73
9 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	75
9.1 TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO	76
10 RESUMO CONCLUSIVO	77

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
 Acesse em: https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento:502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



1 INTRODUÇÃO

Este relatório de auditoria tem por objetivo analisar a prestação de contas do Prefeito do Município de Saloá, enviada a este Tribunal pelo(a) Sr. MANOEL RICARDO DE ANDRADE LIMA ALVES, relativa ao exercício de 2017, e subsidiar a emissão do respectivo parecer prévio, na forma do artigo 86, § 1º, inciso III, da Constituição Estadual e do artigo 2º, II, da Lei Estadual nº 12.600/2004.

A análise técnica e o parecer prévio deste Tribunal sobre as contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores - inclusive o Prefeito, quando ordenador de despesa - e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obstam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os artigos 29, § 2º e 30, inciso II, da Constituição Estadual.

A prestação de contas mencionada, recebida por esta Corte em 02/04/2018, dentro do prazo estabelecido no art. 24-A da Lei Estadual nº 12.600/2004, foi autuada sob o nº 18100787-3 e deve consolidar as contas dos Poderes Executivo e Legislativo municipal. As informações do Poder Executivo, por sua vez, devem apresentar os resultados das administrações direta e indireta constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, incluindo os fundos especiais.

Os exames foram conduzidos de acordo com as normas e procedimentos gerais relacionados ao Controle Externo, segundo Resolução TC nº 13/1996, compreendendo:

- Análise quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;
- Análise dos resultados consolidados da entidade e dos instrumentos de planejamento governamental;
- Verificação quanto à conformidade às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como observância de limites estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;
- Observância às normas legais vigentes, incluídas as resoluções e decisões deste Tribunal;
- Análise das peças que integram a prestação de contas, bem como dos demais documentos posteriormente juntados ao processo.

Registre-se que o Sr(a). MANOEL RICARDO DE ANDRADE LIMA ALVES atuou como ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Saloá, conforme relação dos



responsáveis da prestação de contas de gestão de 2017, disponível no sistema de processo eletrônico do TCE-PE¹.

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8

¹ <http://etce.tce.pe.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>



2

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Objetivos:

- Analisar a conformidade do conteúdo da Lei Orçamentária Anual (LOA) em relação aos dispositivos legais, em especial sobre a autorização para abertura de créditos adicionais e sobre as operações de crédito.
- Verificar a existência da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso. Caso exista programação financeira, verificar o atendimento do previsto no artigo 13 da LRF, ou seja: se as receitas previstas foram desdobradas em metas bimestrais de arrecadação e, quando for o caso, se houve especificação da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.
- Verificar se todos os créditos adicionais abertos foram autorizados pelo Poder Legislativo, bem como se existiam fontes de recursos para a abertura de créditos.
- Demonstrar a execução do orçamento municipal e o resultado orçamentário (de superavit, equilíbrio ou deficit).
- Verificar se as estimativas de receita consignadas na LOA refletem a real capacidade de arrecadação municipal.
- Verificar se os tributos municipais foram efetivamente arrecadados.
- Verificar a correção dos valores de receitas e despesas registrados nos demonstrativos contábeis.
- Evidenciar o desempenho da despesa municipal realizada, bem como a representatividade dos restos a pagar processados e não processados.



2.1 Lei Orçamentária Anual

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece o orçamento municipal. É a peça onde são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo. O orçamento é um instrumento que contribui para a transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos.

A estimativa da receita e a fixação da despesa do exercício de 2017 foram estabelecidas na Lei Municipal nº 533/2016 (documento 42), conforme apresentado na Tabela 2.1.

Tabela 2.1a Receitas e Despesas na Lei Orçamentária Anual 2017

Lei Orçamentária Anual	Valor (R\$)	% de Participação
Receita Prevista	67.450.000,00(1)	-
Despesa Fixada (A + B + C + D)	67.450.000,00	-
Orçamento Fiscal (A)	50.812.000,00(1)	75,33
Orçamento da Seguridade Social		
Saúde (B)	10.973.000,00(1)	16,27
Assistência Social (C)	2.362.000,00(1)	3,50
Previdência Social (D)	3.303.000,00(1)	4,90

Fonte: (1) Lei Orçamentária Anual - Lei Municipal nº 533/2016

Convém registrar que a receita prevista na Lei Orçamentária para 2017 está superestimada e não corresponde à real capacidade de arrecadação do município. A Tabela 2.1b apresenta dados referentes à previsão da receita na LOA de Saloá e o comportamento da arrecadação da receita em 2017 e nos três exercícios anteriores.

Tabela 2.1b Previsão da Receita na LOA e Comportamento da Arrecadação

Exercício	Receita Prevista (R\$)	Receita Arrecadada (R\$)	Receita Arrecadada / Receita Prevista na LOA (%)
2017	67.450.000,00(1)	38.159.210,96(2)	57%
2016	67.580.000,00(3)	54.556.999,78(3)	81%
2015	66.420.000,00(3)	33.954.419,91(2)	51%
2014	52.395.000,00(3)	34.504.697,80(3)	66%

Fonte: (1) Lei Orçamentária Anual - Lei Municipal nº 533/2016

(2) Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (documento 17).

(3) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do ano anterior.

A tabela acima demonstra, ainda, que essa superestimação da receita prevista também ocorreu em exercícios anteriores, tendo havido uma melhoria em 2016 contudo, em 2017 a previsão voltou a se distanciar da arrecadação.



Diante do exposto, verifica-se que a receita prevista na LOA do exercício de 2017 estava superestimada e não correspondia à real capacidade de arrecadação do Município de Saloá quando considerado o histórico de arrecadações nos últimos anos. Uma das consequências dessa deficiência foi o baixo Quociente de Desempenho da Arrecadação de 0,57 em 2017 (Item 2.4.1).

De acordo com o art. 12 da LRF:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

É cediço que o art. 12 da LRF impõe que a metodologia de cálculo e premissas utilizadas nas projeções das receitas e consequentemente na fixação das despesas sejam baseadas em critérios técnicos e legais que reflitam valores próximos à realidade da execução orçamentária, impedindo que previsões subestimadas ou superestimadas acarretem incertezas e/ou frustrações no tocante ao desenvolvimento das ações administrativas, as quais ficam sensivelmente prejudicadas, além de comprometer a gestão fiscal do município.

Diante dos números acima, pode-se concluir que as estimativas de receita apresentadas na LOA 2017 apresentaram-se fora de um critério de razoabilidade, não correspondendo à real capacidade de arrecadação do Município de Saloá.

Sugere-se que seja determinado à atual gestão municipal que evite o envio de projeto de lei ao Poder Legislativo contendo previsão desarrazoada de arrecadação de receita.

Quanto aos créditos adicionais, a Lei Orçamentária dispôs que o Poder Executivo estaria autorizado a abrir créditos suplementares utilizando os recursos de que dispõem os artigos 7º e 43º da Lei nº 4.320/64. Foi autorizada previamente a abertura de créditos suplementares diretamente por decreto até o limite de 40% do valor da despesa fixada, conforme art. 6º, II, da LOA (documento 42).

Uma importante função da Lei Orçamentária é servir como instrumento de planejamento das receitas e despesas do município. A inserção de dispositivo autorizando a abertura de créditos adicionais no percentual supramencionado sugere que tal planejamento apresenta sérias deficiências e é realizado para cumprir uma formalidade legal.

É sabido que planejamentos não são perfeitos e não se realizam exatamente conforme o esperado no momento de sua concepção. A execução de programas e projetos pode revelar a necessidade de ajustes de prazo, recursos ou até resultados. Fatores econômicos e sociais, que nem sempre são previsíveis e podem fugir ao controle do gestor, muitas vezes exigem alterações no que havia sido planejado. Contudo, a possibilidade de modificar 60% do orçamento anual indica que a Lei Orçamentária não reflete de forma realista o que se pretende fazer com os recursos públicos. Nas palavras do Exmo. Sr. Juiz e professor de Direito Financeiro da USP, Mauricio Conti:

O orçamento é uma lei, sendo, portanto, evidente que deve e se espera seja cumprido. Tendo em vista as peculiaridades da lei orçamentária, já referidas, uma eventual impossibilidade de sua execução nos exatos termos em que foi aprovada não justifica alterações de tal forma significativas que a desfigure por completo, sob pena de inutilizá-la como instrumento de planejamento, de condução da atividade financeira da administração pública e inviabilizando o



controle. É tornar a lei orçamentária “letra morta” e verdadeira “peça de ficção”, como chega a ser conhecida, alcunha que não se pode mais permitir que seja merecedora.²

As deficiências de elaboração da LOA acima relatadas contribuíram para a realização de despesas em volume maior do que arrecadação de receitas resultando em um deficit de execução orçamentária de R\$ 6.422.667,25, conforme narrado no Item 2.4.

Por fim, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 autorizou a realização de operações de crédito até o limite de 25% da receita estimada o que equivale a R\$ 16.862.500,00, inferior ao valor das despesas de capital (R\$ 18.696.000,00) não contrariando o artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8

² “Flexibilidade orçamentária deve ser usada com moderação”, artigo disponível em <https://goo.gl/X16bD1>.



2.2 Programação Financeira e Cronograma Mensal de Desembolso

A programação financeira visa a compatibilizar realização de receitas com execução de despesas, correspondendo ao fluxo de caixa para o exercício de referência, enquanto que o cronograma mensal de desembolso corresponde ao desdobramento das dotações fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) em metas mensais de desembolso, com base na existência e efetivo ingresso de receitas.

A elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso, além de disciplinar o fluxo de caixa, visa ao controle do gasto público frente a eventuais frustrações na arrecadação da receita.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu artigo 8º, determina que o Poder Executivo estabeleça a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até 30 dias após a publicação do orçamento, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Uma vez que, ao final de um bimestre, a realização da receita venha a não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo deverão promover, nos 30 dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO (art. 9º da LRF).

A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso do Município de Saloá foram encaminhados na prestação de contas (documento 26).

Verificou-se que, em obediência ao previsto no art. 13 da LRF³, a programação financeira evidencia o desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação.

Por outro lado, não foi identificada a especificação, em separado, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não especificar, em separado, a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, pode proporcionar o julgamento do Prefeito pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática. A sanção prevista é a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII)⁴.

³ Segundo a LRF:

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

⁴ BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2014. p. 669.



2.3 Créditos Adicionais

O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por créditos adicionais entendem-se as autorizações não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

A Lei 4.320/64 prevê que os créditos adicionais podem ser de três tipos:

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.”

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)⁵:

O crédito suplementar incorpora-se ao orçamento, adicionando-se à dotação orçamentária que deva reforçar, enquanto que os créditos especiais e extraordinários conservam sua especificidade, demonstrando-se as despesas realizadas à conta dos mesmos, separadamente.

A Lei 4.320/64, em seus arts. 42 e 43, estabelece que os créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto do Poder Executivo. Para isso, é necessário haver disponibilidade de recursos, prévia exposição justificada e autorização legislativa.

Conforme já identificado no Item 2.1 deste relatório, a Lei Orçamentária (documento 42) dispôs que;

Art. 5. Fica o Poder executivo autorizado, nos termos da lei federal 4.320 de 17 de março de 1964, respeitadas as demais disposições constitucionais, e tendo em vista a autorização contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a:

I- abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento), do valor total da despesa fixada, utilizando como recursos o disposto no parágrafo primeiro do art. 43 da lei Federal n] 4.320 de 17 de março de 1964.

Por conseguinte, considera-se autorizada previamente a abertura de créditos suplementares diretamente por decreto até o limite de R\$ 26.980.000,00.

Observou-se a abertura de R\$ 18.769.001,00 em créditos adicionais, conforme levantamento a partir do Mapa Demonstrativo das Leis e Decretos (Documento 43) sendo 99,60% (R\$ 18.694.001,00) referente a créditos suplementares e 0,40% referente a crédito especial (R\$ 75.000,00).

Assim, em relação ao orçamento inicial, houve uma alteração qualitativa da ordem de 0,12%⁶ relativo a crédito especial.

⁵ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição, p. 98 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016).

⁶ Percentual oriundo da divisão entre o valor dos créditos adicionais abertos no exercício e o valor da despesa fixada inicial (Tabela 2.1).



2.4 Execução Orçamentária

A execução orçamentária do Município de Saloá, no exercício de 2017, apresentou um resultado deficitário de R\$ 6.422.667,25, o qual ocorreu conforme exposto:

Tabela 2.4a Execução Orçamentária

Descrição	Previsão / Autorização	Arrecadação / Execução	% Executado
Receita Orçamentária (A)	67.450.000,00(1)	38.159.210,96(2)	56,57
Despesa Orçamentária (B) (com alterações orçamentárias*)	67.450.000,00(1)	44.581.878,21(3)	66,10
Deficit de Execução Orçamentária (A - B)		-6.422.667,25	

Observação: Os créditos adicionais abertos no exercício perfizeram R\$ 18.769.001,00.

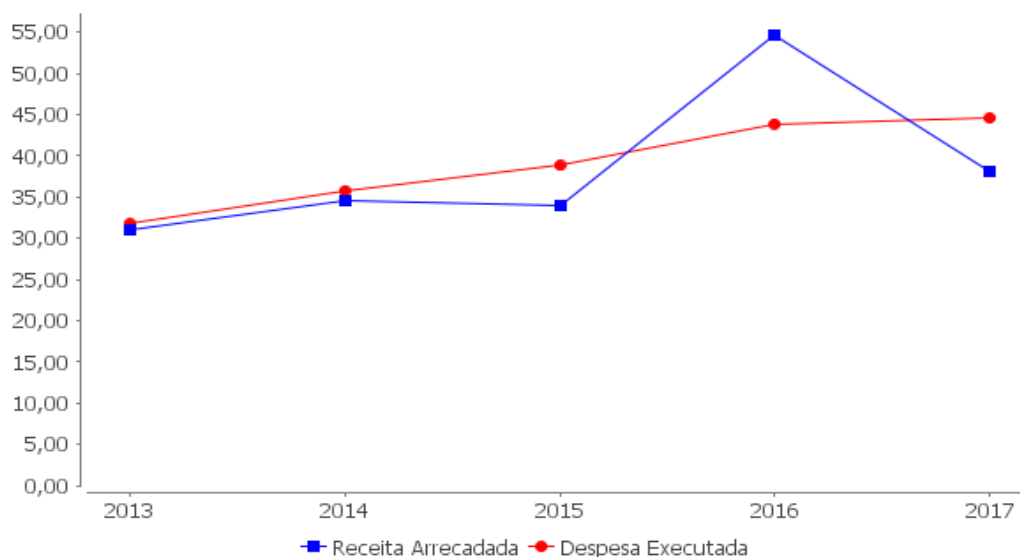
Fonte: (1) Balanço Orçamentário do município (documento 04)
(2) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
(3) Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Executada).
(4) Mapa demonstrativo das leis e decretos referentes aos créditos adicionais (documento 43).

O resultado deficitário alcançado é a materialização de um insuficiente planejamento orçamentário-financeiro do governo municipal, em desconformidade com os fundamentos apregoados na Constituição Federal, em seu art. 37, e na Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece no § 1º de seu art. 1º:

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A seguir, uma visão do comportamento da arrecadação de receitas e da realização de despesas ao longo de vários exercícios:

Gráfico 2.4a Receita Arrecadada e Despesa Realizada - Saloá (2013 a 2017) - Em R\$ milhões



Fonte: Relatórios de Auditoria e Itens 2.4.1 e 2.4.2 deste relatório.



Observa-se no Gráfico 2.4a que entre 2013 a 2015 a despesa executada se manteve acima da arrecadação. Em 2016 a receita arrecadada supera os valores dispendidos contudo, em 2017 ocorre a retomada da situação deficitária apresentada anteriormente .

Em suma, o deficit de execução orçamentária guarda relação com os seguintes pontos:

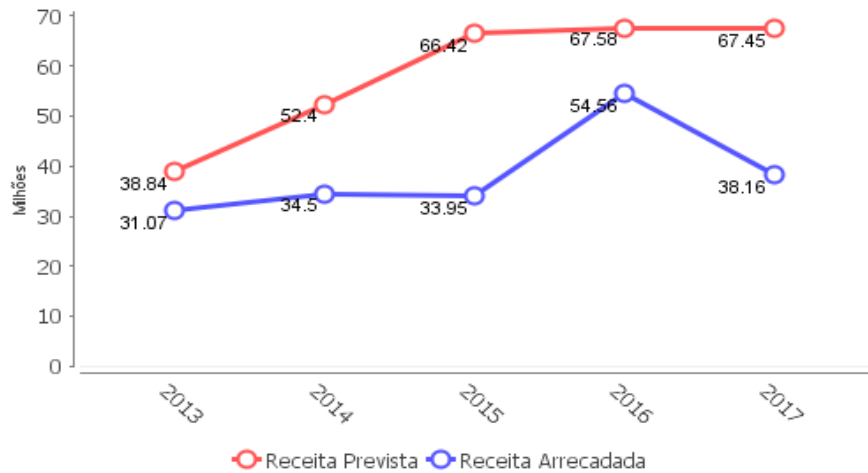
- Baixa arrecadação de créditos inscritos na Dívida Ativa (Item 2.4.1).
- Incapacidade de pagamento imediato ou no curto prazo de seus compromissos de até 12 meses (Item 3.5).
- Empenhar e vincular despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício (Item 6.3).
- Baixo Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA), indicando previsão de receita na LOA bem acima da capacidade de arrecadação do Município (Item 2.4.1).



2.4.1 Receita Arrecadada

Em 2017, a receita arrecadada pelo Município de Saloá atingiu R\$ 38.159.210,96.

Gráfico 2.4.1a Receita Prevista x Receita Arrecadada
Saloá (2013-2017) - Em milhões R\$



Fonte:

Receita Prevista 2017: Item 2.4. deste relatório (Balanço Orçamentário).

Receita Arrecadada 2017: Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Receita Prevista e Arrecadada (anos anteriores): Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do ano anterior.

O Quociente de Desempenho da Arrecadação foi de 0,57, indicando que o município arrecadou R\$ 0,57 para cada R\$ 1,00 previsto.

Tabela 2.4.1a Quociente de Desempenho da Arrecadação
(Razão entre a receita efetivamente arrecadada e a receita prevista)

2017	2016	2015	2014	2013
0,57	0,81	0,51	0,66	0,80

Fonte: Ver fontes elencadas no gráfico 2.4.1a.

Em relação ao comportamento evidenciado no Gráfico 2.4.1a, note que houve um distanciamento em 2017 entre a previsão e a arrecadação da receita, sinalizando a necessidade de reavaliação da metodologia de cálculo empregada quando da elaboração do orçamento. A capacidade de arrecadação do município tem se demonstrado bem aquém da expectativa de receita. Isso compromete a capacidade de planejamento das políticas públicas, haja vista que o gestor passa a agir de acordo com uma expectativa de arrecadação fictícia que, com razoável probabilidade, não se efetivará. Além disso, o superdimensionamento da receita gera uma pressão na vertente do gasto público, induzindo o gestor a gastar eventualmente mais do que a sua capacidade de arrecadação.

De acordo com o art. 12 da LRF:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de



preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Observe o comportamento das previsões de receita em relação ao efetivamente arrecadado:

Diante dos números acima, pode-se concluir que as estimativas de receita apresentadas na LOA 2017 apresentaram-se fora de um critério de razoabilidade, não correspondendo à real capacidade de arrecadação do Município de Saloá.

Sob o prisma das categorias econômicas, a arrecadação de R\$ 38.159.210,96 em 2017 possuiu a composição apresentada na Tabela 2.4.1c.

Tabela 2.4.1b Receitas Arrecadadas no exercício de 2017

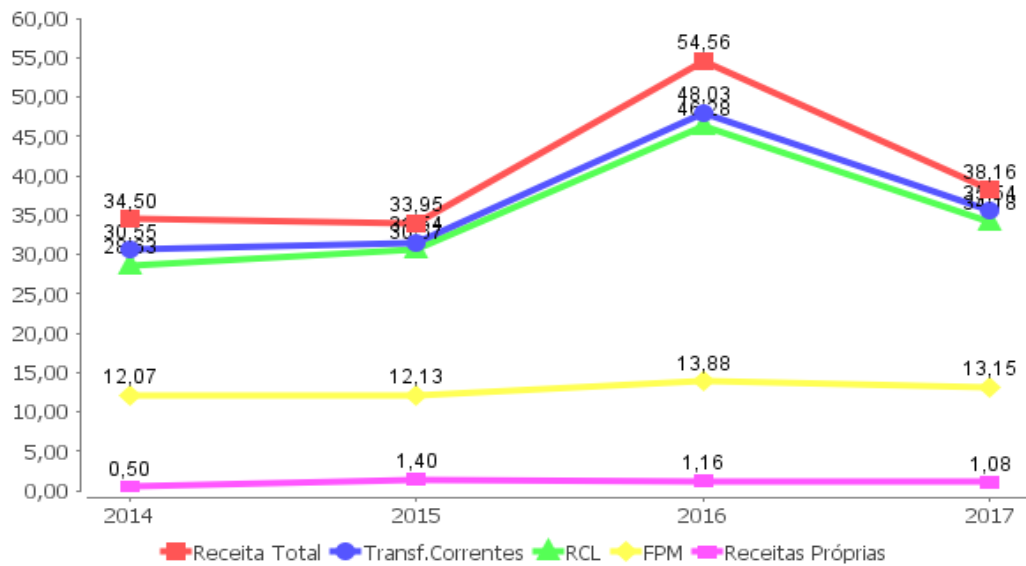
Receita	Arrecadação
1. RECEITA CORRENTE	38.330.909,54
Receita Tributária	773.520,68(1)
Receita de Contribuições	1.216.490,01(1)
Receita Patrimonial	774.522,41(1)
Receita Agropecuária	0,00(1)
Receita Industrial	0,00(1)
Receita de Serviços	0,00(1)
Transferências Correntes	35.544.016,41(1)
Outras Receitas Correntes	22.360,03(1)
2. RECEITAS DE CAPITAL	555.573,00
Operações de Crédito	0,00(1)
Alienação de Bens	0,00(1)
Amortização de Empréstimos	0,00(1)
Transferências de Capital	555.573,00(1)
Outras Receitas de Capital	0,00(1)
3. DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.259.926,50(1)
4. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.532.654,92(1)
TOTAL DA RECEITA (1 + 2 - 3 + 4)	38.159.210,96

Fonte: (1)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Visualiza-se a seguir o comportamento da arrecadação da receita nos últimos exercícios:



Gráfico 2.4.1b Receita Total, Transferências Correntes, RCL, FPM e Receitas Tributárias Próprias⁷
Série Histórica (2014-2017) - Valores correntes em R\$ milhões



Fonte: Relatórios de Auditoria (2014-2016) e Apêndices I e II deste relatório.

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Município de Saloá, durante o exercício de 2017, alcançou o total de R\$ 34.176.295,15 (Apêndice II), divergindo com o apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Documento 14) referente ao encerramento do exercício, que foi de R\$ 34.138.275,77. A diferença de R\$ 38.019,38 a maior no cálculo da auditoria não apresenta relevância material e decorreu do registro no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (documento 17) do valor de R\$ 38.020,65 na conta Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos (1210.29.15.00).

Já as receitas tributárias próprias⁸ perfizeram um total de R\$ 1.075.819,46 (Apêndice I deste relatório), equivalentes a 2,82% das receitas orçamentárias arrecadadas.

Em 2017, as receitas de transferências correntes e, dentro destas, a receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ambas deduzidas as transferências para o FUNDEB, representaram 84,60% e 30,67%, respectivamente, em relação à receita total.

Observa-se no Gráfico 2.4.1b uma redução na Receita Total decorrente da diminuição das Transferências Correntes e, conseqüentemente afetando a Recita Corrente Líquida.

Por fim, verificou-se que não foram realizadas operações de crédito.

⁷ As receitas tributárias próprias referem-se ao somatório das seguintes receitas: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Taxas, Contribuição de Iluminação Pública e Dívida Ativa Tributária. Os valores destes tributos estão discriminados no Apêndice I.

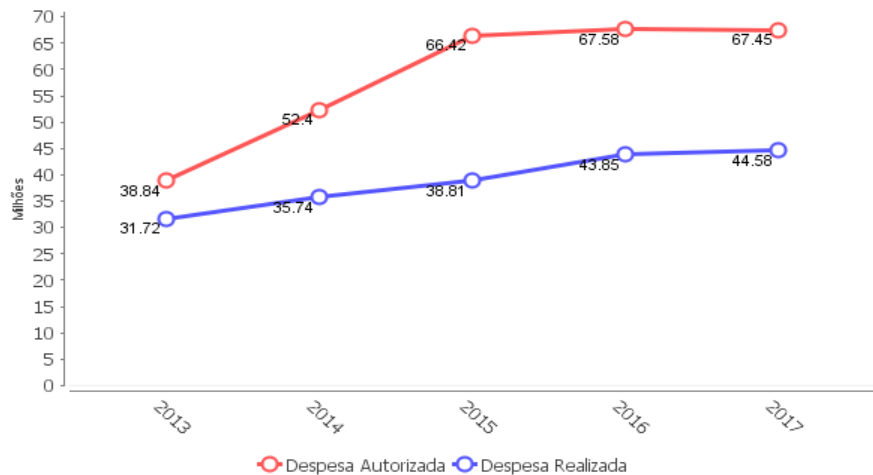
⁸ Idem.



2.4.2 Despesa Realizada

Em 2017, a despesa realizada do Município de Saloá atingiu R\$ 44.581.878,21(3).

Gráfico 2.4.2a Despesa Autorizada x Despesa Realizada Saloá (2013-2017) - Em milhões R\$



Despesa Prevista 2017: Item 2.4 deste relatório (Balanço Orçamentário);
Despesa Realizada 2017: Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Executada);

Despesa Prevista e Realizada (anos anteriores): Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do ano anterior.

O Quociente de Execução da Despesa foi de 0,66, indicando que o município empenhou R\$ 0,66 para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada, resultando em economia orçamentária.

Tabela 2.4.2a Quociente de Execução da Despesa (Razão entre a despesa efetivamente realizada e a despesa autorizada)

	2017	2016	2015	2014	2013
	0,66	0,65	0,58	0,68	0,82
Fonte:	Ver fontes do gráfico 2.4.2a.				

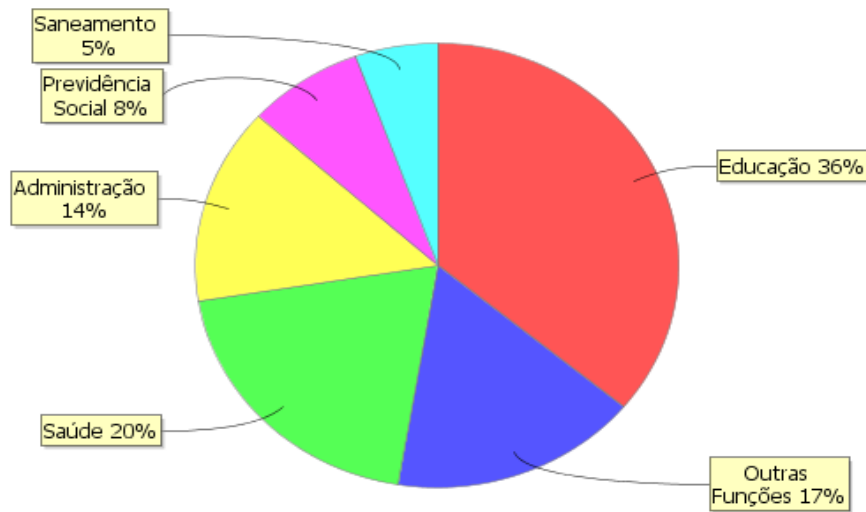
Ressalte-se que o QED indica uma situação de economia orçamentária apenas aparente.

A superestimação da receita na LOA (Item 2.1) leva à fixação de despesas acima da real capacidade de gastos do município, o que, por sua vez, leva à necessidade de limitar as despesas no decorrer do exercício. O resultado é um baixo quociente de execução da despesa.

Sob a ótica da classificação das despesas por função e por categorias econômicas, a distribuição das despesas do Município de Saloá (R\$ 44.581.878,21) foi a seguinte:

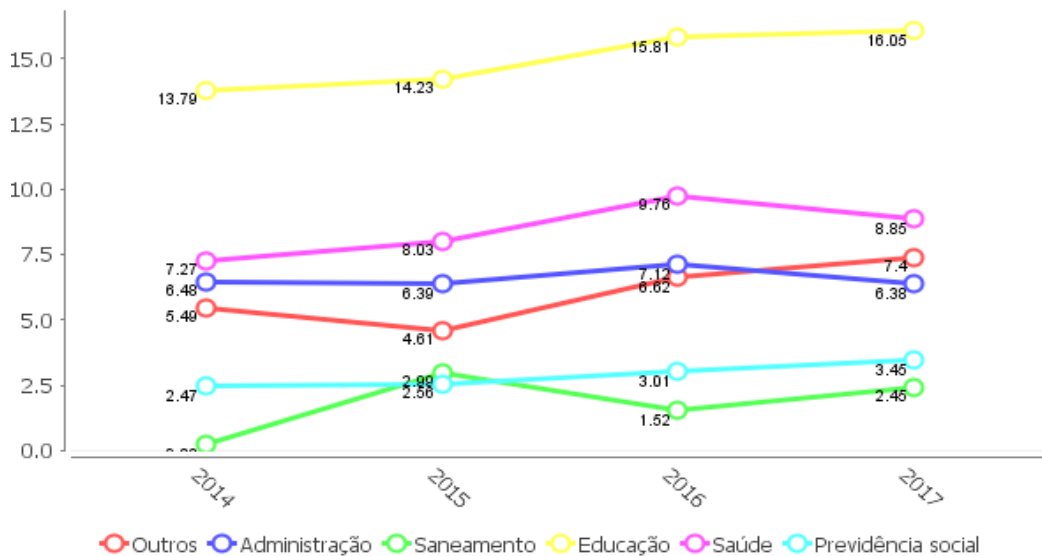


Gráfico 2.4.2b Distribuição da Despesa Empenhada por Função (%) - Saloá (2017)



Fonte: (1) Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas (documento 21)

Gráfico 2.4.2c Distribuição da Despesa Empenhada por Função – Saloá (2014-2017)
Em milhões R\$

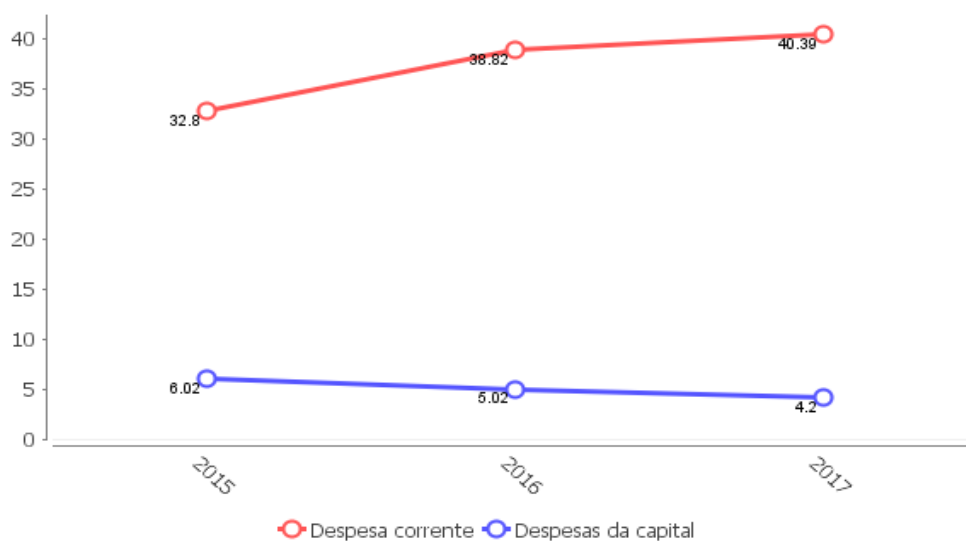


Fonte: Processo de prestação de contas de exercícios anteriores e (1) Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas (documento 21)

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



Gráfico 2.4.2d Distribuição da Despesa Empenhada por Categoria Econômica - Saloá (2015-2017)
Em milhões R\$



Fonte: Siconfi.

Em relação à natureza das despesas realizadas, convém destacar ainda que a Prefeitura optou por realizar despesas com eventos comemorativos no valor de R\$ 363.000,00 conforme detalhamento abaixo:

Tabela 2.4.2b Despesas com eventos comemorativos

Descrição	Data(s)	Valores gastos com recursos próprios (R\$)
Festa Junina	Junho	R\$ 36.700,00
Festa Junina	Junho	R\$ 41.400,00
Festa Junina	Junho	R\$ 160.000,00
Festa Junina	Junho	R\$ 80.000,00
Festa Junina	Junho	R\$ 30.000,00
Motocross	Março	R\$ 14.900,00
TOTAL		R\$ 363.000,00

Fonte: Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos (documento 71)

Por sua vez, na Tabela 2.4.2c são apresentados valores de inscrição de Restos a Pagar Processados (que correspondem a despesas empenhadas, liquidadas, mas não pagas) e Restos a Pagar Não Processados (despesas empenhadas, mas nem liquidadas nem pagas) do exercício de 2017, bem como sua representatividade em relação à despesa empenhada:

Tabela 2.4.2c Despesa empenhada e Restos a Pagar

Descrição	Valor (R\$)
Total da despesa empenhada (A)	44.581.878,21(3)
Inscrição de RP processados (B)	2.749.482,19(1)
Inscrição de RP não processados (C)	0,00(2)
Percentual de inscrição de RP processados (B/A x 100)	6,17%
Percentual de inscrição de RP não processados (C/A x 100)	0,00%

Fonte: (1)Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (documento 28)
(2)Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)
(3)Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Executada).
(4)Demonstrativo da Dívida Flutuante Retificado (documento 58)
(5)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior



3

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Objetivos:

- Verificar, a partir do Balanço Financeiro e do Balanço Patrimonial, se houve a evidenciação do controle contábil por fonte/destinação dos recursos, em obediência ao previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
- Analisar, a partir do Balanço Patrimonial, se o registro da Dívida Ativa respeitou as determinações da STN para adequação à Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NCASP), em especial, se a Dívida Ativa foi evidenciada tanto no Ativo Circulante como no Ativo Não Circulante, bem como se a provisão para perdas foi contabilizada.
- Verificar o impacto nas contas municipais decorrente de eventual ausência de contabilização e/ou recolhimento das contribuições previdenciárias ao RGPS e RPPS.
- Verificar se as provisões matemáticas previdenciárias foram evidenciadas no Balanço Patrimonial do município e do RPPS, bem como se há notas explicativas sobre os valores informados.
- Evidenciar a capacidade do município em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos, bem como a capacidade em honrar compromissos de curto prazo contando com os recursos a curto prazo (caixa, bancos, estoques etc.).



3.1 Controle por fonte/destinação dos recursos

A contabilidade no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios deve observar as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Nele está estabelecido que o controle das disponibilidades financeiras por fonte/destinação de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários⁹.

Com fundamento na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em seu parágrafo único do art. 8º combinado com o art. 50, inciso I¹⁰, o MCASP estabelece, em detalhes, o seguinte sobre a classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos¹¹:

Na arrecadação, além do registro da receita orçamentária e do respectivo ingresso dos recursos financeiros, deverá ser lançado, em contas de controle, o valor classificado na fonte/destinação correspondente (disponibilidade a utilizar), bem como o registro da realização da receita orçamentária por fonte/destinação.

Na execução orçamentária da despesa, no momento do empenho, deverá haver a baixa do crédito disponível conforme a fonte/destinação e deverá ser registrada a transferência da disponibilidade de recursos para a disponibilidade de recursos comprometida. Na saída desse recurso deverá ser adotado procedimento semelhante, com o registro de baixa do saldo da conta de fonte/destinação comprometida e lançamento na de fonte/destinação utilizada.

Ainda de acordo com o MCASP, o Balanço Patrimonial será composto de: (a) Quadro Principal; (b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; (c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e (d) Quadro do Superavit/Deficit Financeiro¹².

Este último demonstrativo, o Quadro do Superavit/Deficit Financeiro, apresenta o superavit ou deficit financeiro do exercício, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. Além disso, deve identificar, detalhadamente, se os recursos são vinculados ou não e, no caso dos vinculados, indicar a finalidade de cada um.

Por conseguinte, o Quadro do Superavit/Deficit Financeiro será utilizado nesta análise com a finalidade de verificar se houve a evidenciação das disponibilidades por fonte/destinação de recursos, de modo segregado¹³, segundo previsto no MCASP.

⁹ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição, p. 136 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016).

¹⁰ Art. 8º (...)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.” (...)

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

¹¹ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição, p. 136 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 10 de dezembro de 2016).

¹² Ibidem. p. 324.

¹³ No Quadro do Superavit/Deficit Financeiro pode ser o caso de algumas fontes de recursos apresentarem saldo superavitário e outras saldo deficitário, contudo o total de todos os saldos deve corresponder ao superavit ou deficit financeiros do exercício (o qual também corresponderá ao resultado da diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro constantes do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, correspondente



Identificou-se que o Quadro do Superavit/Deficit Financeiro não compõe o Balanço Patrimonial do município (documento 61), em desobediência ao previsto no MCASP.

Registre-se ainda que as receitas e despesas orçamentárias informadas no Balanço Financeiro (documento 5) não foram apresentadas de forma detalhada, de modo a evidenciar o controle contábil por fonte/destinação dos recursos em desobediência ao previsto no MCASP.

Foi verificado ainda um deficiente controle contábil por fonte/destinação de recursos, uma vez que foram empenhadas e vinculadas despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, ou seja, em montante acima da receita recebida no exercício, provocando comprometimento da receita do exercício seguinte (Item 6.3).

O deficiente controle contábil por fonte/destinação de recursos também possibilitou inscrição de Restos a Pagar com insuficiência de caixa, conforme narrado no Item 5.4.

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8

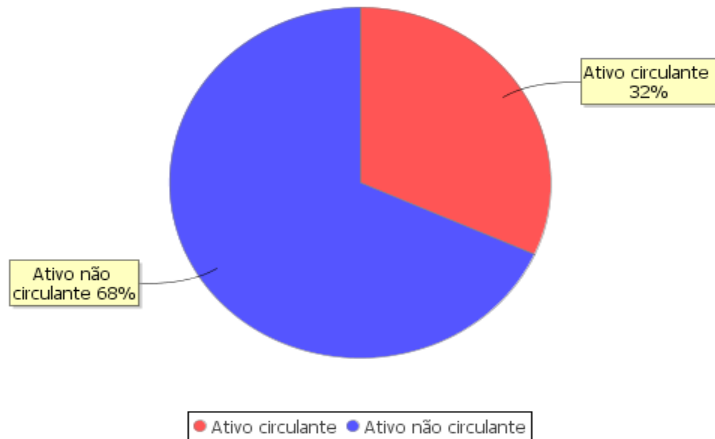
ao item (b) do parágrafo anterior no texto deste relatório).



3.2 Aspectos relacionados ao Ativo

Em 2017, o Ativo do município era constituído de: 31,69% correspondentes ao Ativo Circulante e 68,31% ao Ativo Não Circulante.

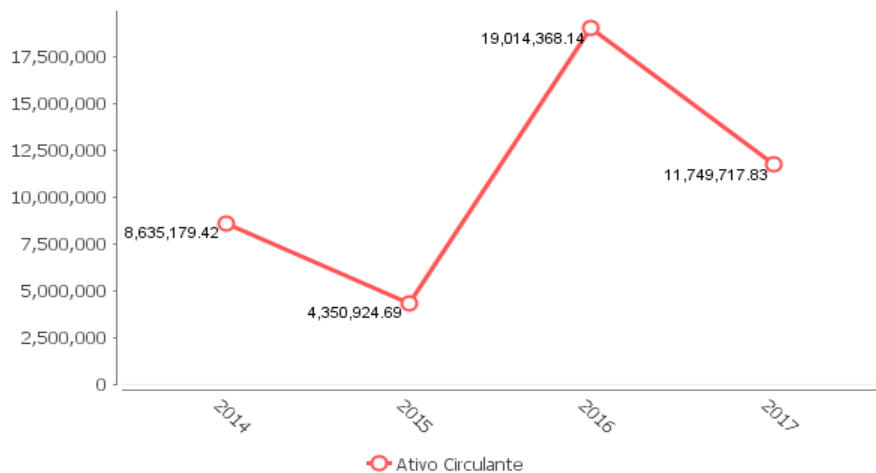
Gráfico 3.2a Composição do Ativo



Fonte: Balanço Patrimonial Retificado (documento 61).

Em 2017, o Ativo Circulante, representado pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa, bem como dos créditos de curto prazo do município, alcançou R\$ 11.749.717,83.

Gráfico 3.2b Evolução do Ativo Circulante - (2014-2017)



Fonte: Balanço Patrimonial Retificado (documento 61).

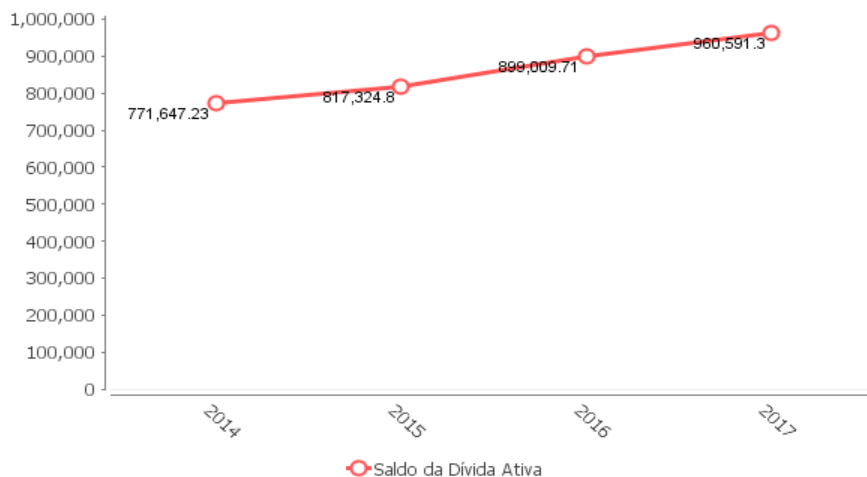


3.2.1 Dívida Ativa

A Dívida Ativa municipal se refere a tributos, multas e créditos em favor do Município de Saloá, lançados e não recolhidos no exercício.

Em 2017, o saldo da Dívida Ativa do Município de Saloá foi de R\$ 960.591,30.

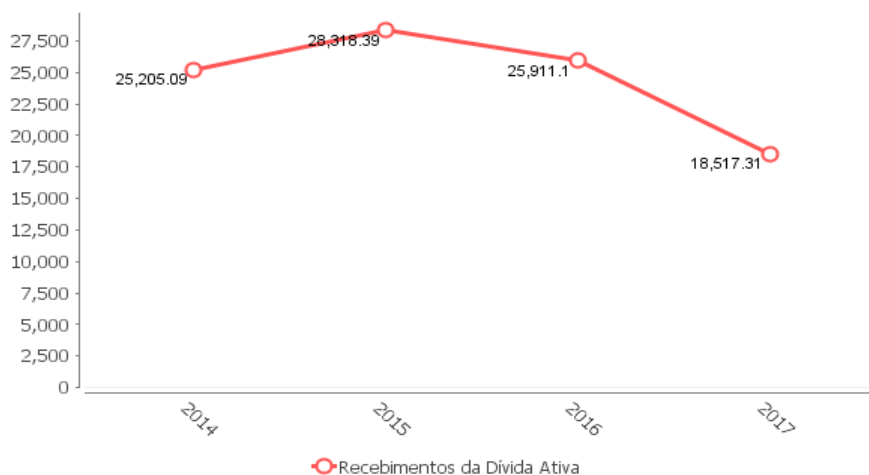
Gráfico 3.2.1a Saldo da Dívida Ativa - em milhares R\$ (2014-2017)



Fontes:
Balanço Patrimonial Retificado do município (Documento 61)
Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior

Em 2017, os recebimentos da Dívida Ativa do Município de Saloá corresponderam a R\$ 18.517,31.

Gráfico 3.2.1b Recebimentos da Dívida Ativa - em milhares R\$ (2014-2017)



Fontes:
Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada)
Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior



Em 2017, o percentual de recebimentos da Dívida Ativa do Município de Saloá em relação ao saldo do exercício anterior foi de 2,06%.

Tabela 3.2.1 Percentual de recebimentos da Dívida Ativa

2017	2016	2015	2014
2,06	3,17	3,67	3,50

Fonte: Ver fontes do gráfico 3.2.1b.

A Dívida Ativa constitui grupo de avaliação monetária que, em 2017, correspondeu a 2,59% de todos os ativos do município (Balanço Patrimonial, documento 61). Desse valor, predomina a Dívida Ativa Tributária, representando 36,53%, enquanto a Dívida Ativa Não Tributária correspondeu a 63,47%.

Observa-se acima que o estoque da Dívida Ativa do Município de Saloá passou de R\$ 899.009,71 em 31/12/2016 para R\$ 960.591,30 em 31/12/2017, representando um acréscimo de 6,85%.

A arrecadação da dívida ativa no exercício em análise foi de 18.517,31, representando 2,06% do saldo em 31/12/2016 (R\$ 899.009,71). Tal fato correspondeu a uma diminuição de arrecadação em relação a 2016, que foi de R\$ 25.911,10.

Considerando que boa parte dos valores registrados na Dívida Ativa não possui alta liquidez (por não ter perspectiva concreta, de fato, de vir a se efetivar como recurso para o ente público), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com base nos Princípios Contábeis da Oportunidade e da Prudência¹⁴, passou a exigir¹⁵ a regular constituição de provisão para créditos inscritos em dívida ativa de recebimento incerto.

O Manual de Procedimentos da Dívida Ativa¹⁶ assim fundamenta:

7.3.6 Os valores lançados como Dívida Ativa, pela própria natureza, carregam consigo um grau de incerteza com relação ao seu recebimento. Especialmente, para o caso da União, a relação entre o valor registrado no Ativo e o valor recebido ano a ano é pequena, permitindo concluir-se que apenas essa parcela do valor contabilizado é efetivamente realizada.

7.3.7 No entanto, esses créditos inadimplentes figuram no Ativo da Entidade, ainda que no longo prazo, influenciando qualquer análise que se pretenda sobre os demonstrativos contábeis consolidados. Em atendimento aos Princípios da Oportunidade e da Prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da Entidade.

7.3.8 Procedimento adequado às Normas Brasileiras, assim como à Legislação vigente, é a provisão para ativos que dificilmente serão recebidos, ajustando-se o saldo da Dívida Ativa pela resultante do valor inscrito e da conta redutora denominada Provisão para Dívida Ativa de Recebimento Duvidoso. Este procedimento harmoniza as Normas Nacionais de Contabilidade com as Internacionais.

¹⁴ Artigos 6º e 10 da Resolução nº 730/2003, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

¹⁵ Portaria nº 564, de 27 de outubro de 2004, que aprova o Manual de Procedimentos da Dívida Ativa (art. 2º).

¹⁶ Idem.



(...)

8.4.1 Em observância aos dispositivos legais pertinentes, os créditos classificáveis em Dívida Ativa devem ser inicialmente registrados no Ativo de Longo Prazo, considerando a incerteza intrínseca de sua condição.

8.4.2 No entanto, a ação de cobrança dos órgãos competentes pela gestão do estoque da Dívida Ativa, em todas as esferas de governo, gera um fluxo real de recebimentos, mensurável em cada exercício. Esse fluxo constitui-se em uma base de valores históricos representativa para uma estimativa de recebimentos futuros.

8.4.3 Por outro lado, o sucesso das ações de cobrança acaba resultando em cronogramas de recebimento, firmados com datas e parcelas definidas, por vezes em contratos registrados com garantia reais.

8.4.4 Dessa forma, deve-se reclassificar os créditos inscritos de acordo com a expectativa de sua realização, enquadrando-os como Dívida Ativa de Curto Prazo e Dívida Ativa de Longo Prazo.

De outra parte, a Portaria STN nº 548/2015¹⁷, sob a mesma base conceitual, em seu Anexo I, Item 3.9, demonstra, em quadro resumo, os prazos definidos para que os entes federativos passem a adotar procedimentos relativos aos registros contábeis da Dívida Ativa.

Para os municípios, a adoção de medidas relativas à preparação de sistemas e outras providências de implantação e à obrigatoriedade dos registros contábeis deveria ter ocorrido desde 2015¹⁸. Logo, no Balanço Patrimonial do exercício de 2017 do Município de Saloá, deve constar a conta redutora de Ativo: Provisão para Perdas de Dívida Ativa.

Analisando a mencionada peça contábil, verifica-se que a provisão não foi constituída (documento 61).

Além da constituição da provisão, é pertinente analisar o critério de enquadramento dado pela contabilidade municipal para a expectativa de recebimento dos créditos da Dívida Ativa.

Por fim, ao se verificar as informações que integram o “Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público” (documento 27), constata-se a seguinte situação:

AÇÃO	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
SUBAÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
4.1	Reconhecimento e evidenciação da Dívida Ativa Tributária		Imediato	Concluída
4.2	Reconhecimento e evidenciação da Dívida Ativa não Tributária		Imediato	Concluída
4.3	Reconhecimento, evidenciação e mensuração da provisão para perdas da Dívida Ativa Tributária e não Tributária.	Contabilidade		
			Imediato	Concluída
4.4	Implantação dos registros contábeis	Contabilidade	Imediato	Concluída

¹⁷ Portaria STN nº 548, de 24.09.2015, publicada no DOU em 29.09.2015, que dispõe sobre prazos e limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

¹⁸ O Anexo I, Item 3.9, da Portaria STN nº 548, de 24.09.2015 (publicada no DOU em 29.09.2015), a qual dispõe sobre prazos e limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual, demonstra, em quadro resumo, os prazos definidos para que os entes federativos passem a adotar procedimentos relativos aos registros contábeis da Dívida Ativa.



3.3 Aspectos relacionados ao Passivo

Em 2017, o Passivo do município era constituído de: 80,74% correspondentes ao Passivo Não Circulante e 19,26% ao Passivo Circulante.

Gráfico 3.3a Composição do Passivo

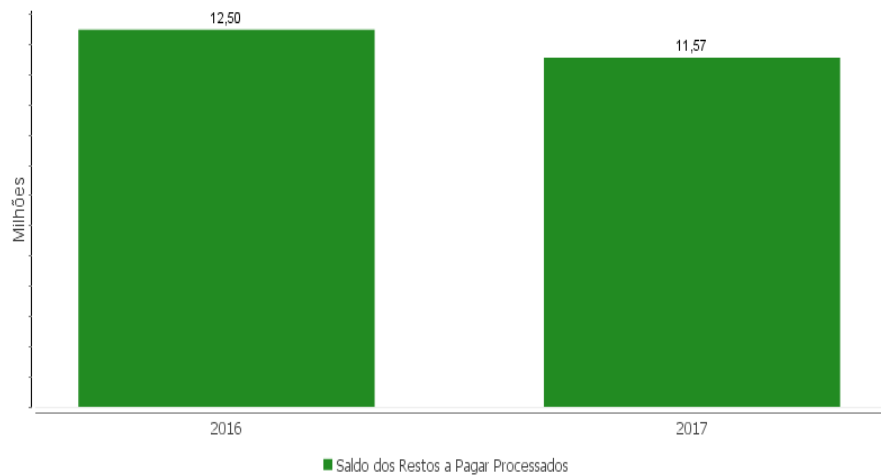


Fonte: Balanço Patrimonial Retificado (documento 61).

No Passivo Circulante, R\$ 11.565.610,30 correspondem a Restos a Pagar Processados.

Observa-se um decréscimo de 7,44% em relação ao saldo dos Restos a Pagar Processados 2016.

Gráfico 3.3b Saldo dos Restos a Pagar Processados (2016-2017)



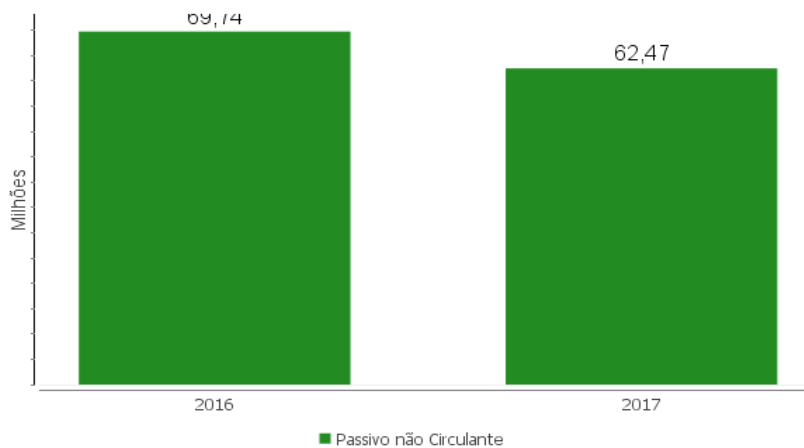
Fonte:

Relatório de Auditoria de contas de governo do exercício anterior e Demonstrativo da 2018 Retificado 2017 (documento 58).



Em 2017, o Passivo Não Circulante, constituído das dívidas de longo prazo do Município, correspondeu a R\$ 62.471.399,34(5).

Gráfico 3.3c Evolução do Passivo não Circulante – (2016-2017)
Em milhões R\$



Fonte: Balanço Patrimonial Retificado (documento 61).

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



3.3.1 Provisões matemáticas previdenciárias

A Portaria nº 509/2013, do Ministério da Previdência, submeteu os procedimentos contábeis dos regimes previdenciários às definições da Secretaria do Tesouro Nacional:

Art. 1º Os procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão observar o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 2º Os RPPS adotarão as contas a estes aplicáveis, especificadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estendido até o 7º nível de classificação, conforme a versão atualizada do Anexo III da Instrução de Procedimentos Contábeis no 00 (IPC 00) da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 3º As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP dos RPPS devem seguir as regras e modelos definidos no MCASP, aprovado por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 4º Os RPPS deverão adequar a sua contabilidade ao disposto nos arts. 2º e 3º desta Portaria nos mesmos prazos definidos na Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, publicada no DOU, de 21 de novembro de 2013.

Uma das principais informações que evidenciam a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), como entidade contábil, diz respeito ao seu passivo atuarial, ou seja, o registro das reservas matemáticas previdenciárias.

A provisão matemática previdenciária ou reserva matemática é o valor monetário que designa os compromissos do RPPS em relação aos seus participantes em determinada data, ou seja, representa a “reserva garantidora” necessária para honrar os compromissos assumidos pelo RPPS ao criar o regime. A evidenciação do passivo atuarial permite ao usuário da informação contábil concluir sobre a capacidade de o governo municipal arcar com suas obrigações financeiras e previdenciárias futuras.

Ou, conforme explicado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

Entende-se por provisão matemática previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus servidores e dependentes e as contribuições correspondentes. Ou seja, a provisão matemática previdenciária, também conhecida como passivo atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente. [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 6ª Edição, p. 187 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014)]

Em conformidade com o comentado no item relativo à Dívida Ativa, a Portaria STN nº 548, de 24.09.2015 (publicada no DOU em 29.09.2015), também definiu prazo para que os entes federativos passem a adotar procedimentos relativos ao reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.

Para os municípios, a adoção dos supracitados procedimentos foi imediata e é exigida desde 2015. Logo, no Balanço Patrimonial do RPPS do exercício de 2017 (documento 32),



refletido no Balanço Patrimonial Retificado do município de Saloá (documento 61), no grupo do Passivo Não Circulante, deveria constar a conta Provisões Matemáticas Previdenciárias.

Ao analisar as mencionadas peças contábeis, verifica-se que a provisão foi constituída. Registre-se ainda que não há nota explicativa detalhando como foi calculada a referida provisão.

Por outro lado, ao se verificar as informações que integram o documento enviado na presente prestação de contas, exigidas no “Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público, correspondente ao Anexo IV desta Resolução” (documento 27), quanto ao procedimento em questão, constata-se o seguinte:

6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
AÇÃO	PRODUTO	REPONSÁVEL	PRAZO FINAL	SITUAÇÃO ATUAL
6.1	Evidenciação de Ativos e Passivos Contingentes	Secretaria de Finanças	31/12/2020	Em andamento
6.2	Lançamento de Passivos Contingentes em contas de controle	Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
6.3	Implantação dos registros contábeis	Contabilidade	01/01/2021	Concluída

O Balanço Patrimonial do município Retificado (documento 61) e o do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) (documento 32) consignaram em seu Passivo Não Circulante o montante de R\$ 60.609.937,65, lançado como Provisões Matemáticas Previdenciárias, porém não apresentaram notas explicativas sobre as origens de tal valor.

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
 Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



3.4 Recolhimento de contribuições previdenciárias

Ao analisar os demonstrativos de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência (RPPS), observou-se (ver Itens 8.3 e 8.4 deste relatório) que houve descumprimento das alíquotas instituídas em norma legal e, conseqüentemente o recolhimento foi parcial à conta do RPPS.

Em relação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a arrecadação e o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas devem obedecer ao disposto na Lei Federal nº 8.212/1991 (artigo 30 e seguintes).

Com base no demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RGPS (ver tabelas 3.4.a e 3.4.b), verifica-se que não foi recolhido o montante de R\$ 1.019.783,45, sendo o valor de R\$ 153,00 das contribuições descontadas dos servidores e, R\$ 1.019.630,45 o valor das contribuições patronais.

Tabela 3.4a Contribuição dos Servidores ao RGPS

Competência	Retida (A)	Contabilizada	Recolhida (Principal) ¹⁹ (B)	Recolhida (Encargos) ²⁰	Não Recolhida (A-B)
Janeiro	52.500,09(1)	52.500,09(1)	52.500,09(1)	0,00(1)	0,00
Fevereiro	52.322,78(1)	52.322,78(1)	52.322,78(1)	125,33(1)	0,00
Março	82.268,15(1)	82.268,15(1)	82.268,15(1)	0,00(1)	0,00
Abril	80.499,08(1)	80.499,08(1)	80.499,08(1)	0,00(1)	0,00
Maio	80.992,57(1)	80.992,57(1)	80.992,57(1)	0,00(1)	0,00
Junho	82.912,96(1)	82.912,96(1)	82.912,96(1)	0,00(1)	0,00
Julho	82.901,83(1)	82.901,83(1)	82.901,83(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	85.075,82(1)	85.075,82(1)	85.075,82(1)	65,72(1)	0,00
Setembro	86.369,96(1)	86.369,96(1)	86.369,96(1)	291,93(1)	0,00
Outubro	85.429,65(1)	85.429,65(1)	85.429,35(1)	0,98(1)	0,30
Novembro	85.410,54(1)	85.410,54(1)	85.410,84	0,00(1)	-0,30
Dezembro	74.241,07(1)	74.241,07(1)	74.100,74	12,67(1)	153,00
13º Salário	2.542,44(1)	2.542,44(1)	2.612,67	70,23(1)	0,00
TOTAL	933.466,94	933.466,94	933.313,94	566,86	153,00

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS (documento 66)

Tabela 3.4b Contribuição Patronal ao RGPS

Competência	Devida (A)	Contabilizada	Benef. Pagos Diret. ²¹ (B)	Recolhida (Principal) ²² (C)	Recolhida (Encargos) ²³	Não Recolhida (A-B-C)
Janeiro	136.398,64(1)	136.398,64(1)	6.568,38(1)	21.047,75(1)	0,00(1)	108.782,51
Fevereiro	137.392,97(1)	137.392,97(1)	7.331,60(1)	43.888,38(1)	1.448,48(1)	86.172,99
Março	215.252,29(1)	215.252,29(1)	10.079,48(1)	83.067,76(1)	0,00(1)	122.105,05

¹⁹ Valor repassado ao INSS a título de principal (valor devido originalmente).

²⁰ Valor repassado ao INSS a título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).

²¹ Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS.

²² Valor repassado ao INSS a título de valor principal (valor devido originalmente).

²³ Valor repassado ao INSS a título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).


Tabela 3.4b Contribuição Patronal ao RGPS

Competência	Devida (A)	Contabilizada	Benef. Pagos Diret. (B)	Recolhida (Principal) (C)	Recolhida (Encargos)	Não Recolhida (A-B-C)
Abril	210.984,96(1)	210.984,96(1)	10.251,13(1)	201.857,20(1)	31.233,43(1)	-1.123,37
Mai	212.746,43(1)	212.746,43(1)	10.502,81(1)	76.942,41(1)	0,00(1)	125.301,21
Junho	217.928,42(1)	217.928,42(1)	10.541,87(1)	86.429,85(1)	1.825,18(1)	120.956,70
Julho	217.789,12(1)	217.789,12(1)	10.627,09(1)	184.426,73(1)	19.291,93(1)	22.735,30
Agosto	223.431,01(1)	223.431,01(1)	10.514,27(1)	195.456,57(1)	8.672,75(1)	17.460,17
Setembro	226.491,02(1)	226.491,02(1)	10.607,48(1)	147.740,77(1)	4.279,85(1)	68.142,77
Outubro	224.373,43(1)	224.373,43(1)	10.638,55(1)	80.680,36(1)	0,00(1)	133.054,52
Novembro	224.162,92(1)	224.162,92(1)	10.906,72(1)	80.883,02(1)	0,00(1)	132.373,18
Dezembro	191.207,06(1)	191.207,06(1)	11.660,19(1)	101.032,16(1)	3.385,91(1)	78.514,71
13º Salário	7.365,71(1)	6.991,71(1)	0,00(1)	2.211,00(1)	0,00(1)	5.154,71
TOTAL	2.445.523,98	2.445.149,98	120.229,57	1.305.663,96	70.137,53	1.019.630,45

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS retificado (documento 66)

Verifica-se em ambas as tabelas (Tabelas 3.4a e 3.4b) que houve pagamento de encargos ocasionados por atrasos nos recolhimentos. Sendo R\$ 566,86 sobre as contribuições dos servidores e R\$ 70.137,53 sobre a contribuição patronal.

O pagamento intempestivo das contribuições previdenciárias ao RGPS, ou seu não pagamento, além das restrições previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.212/91, acarreta aumento do passivo do município ante o Regime Geral de Previdência, gerando ônus para o Erário em virtude dos acréscimos pecuniários decorrentes, e comprometem gestões futuras, que acabam tendo que arcar não apenas com as contribuições ordinárias, como também com a amortização, normalmente de longo prazo, de dívidas deixadas por administrações passadas.

A Lei Complementar nº 101/2000 reforça os pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, conforme §1º do art. 1º:

Art. 1º Omissis

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (grifos)

Por fim, ressalta-se que cabe ao governante acompanhar os recolhimentos das contribuições e a situação da municipalidade junto ao(s) regime(s) de previdência, de modo que haja segurança jurídica do conjunto dos segurados que se encontram filiados ao sistema e no pleno gozo dos seus direitos, bem como a garantia ao município de que não haverá



formação de passivos futuros capazes de afetar o equilíbrio de contas públicas e o cumprimento das metas fiscais.

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



3.5 Capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo

Um olhar para os valores consignados no Balanço Patrimonial (documento 61) permite analisar de que maneira a execução do Orçamento e as demais operações financeiras realizadas ao longo do exercício de 2017 influenciaram a liquidez do patrimônio do Município de Saloá. Esta análise também permite prevenir insuficiências de caixa no futuro.

Isso pode ser feito dando-se especial atenção à capacidade financeira de pagamento das obrigações de curto prazo contraídas pelo município, registradas no Passivo Circulante, ou seja, aquelas exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Essa capacidade de pagamento será aferida sob duas formas²⁴:

- a) considerando apenas as disponibilidades registradas em Caixa e Bancos (Liquidez Imediata²⁵);
- b) considerando todos os recursos realizáveis nos doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis (Liquidez Corrente²⁶).

Um índice de liquidez igual ou maior que 1 (um) significa suficiência de recursos para quitação das dívidas de curto prazo. Contudo, um índice menor que 1 (um) evidencia incapacidade de quitá-las, sendo mais grave a situação de liquidez quanto mais próximo de zero for o resultado.

As Tabelas 3.5a e 3.5b apresentam os valores registrados pelo Município de Saloá nos exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 3.5a Capacidade de pagamento imediato das dívidas de curto prazo

Descrição	2017	2016
Disponível (A)	10.351.637,83(1)	16.546.802,55(2)
Passivo Circulante (B)	14.898.643,64(1)	17.735.293,42(2)
Capacidade de pagamento imediato (C = A - B)	-4.547.005,81	-1.188.490,87
Liquidez Imediata (A/B)	0,69	0,93

Fonte: (1) Balanço Patrimonial Retificado do município (Documento 61)
 (2) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior

²⁴ Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): “A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento”. (Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011, p. 37).

²⁵ 1) Liquidez Imediata (LI) – Disponibilidades / Passivo Circulante: Indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos. (Fonte: Idem, p. 38).

²⁶ 2) Liquidez Corrente (LC) - Ativo Circulante / Passivo Circulante: A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). (Fonte: Idem.)


Tabela 3.5b Capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo

Descrição	2017	2016
Ativo Circulante (A)	11.749.717,83(1)	19.014.368,14(2)
Passivo Circulante (B)	14.898.643,64(3)	17.735.293,42(2)
Capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo (C = A - B)	-3.148.925,81	1.279.074,72
Liquidez Corrente (A/B)	0,79	1,07

Fonte: (1)Balço Patrimonial Retificado do município (Documento 61)
 (2)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
 (3)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício 2014

Constata-se que o Município de Saloá encerrou o exercício de 2017 sem capacidade para honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, haja vista o Disponível (saldo de caixa e bancos) ser inferior ao Passivo Circulante (Tabela 3.5a). Esta incapacidade se mantém quando considerado todo o Ativo Circulante (Tabela 3.5b).

Comparando, então, os valores calculados acima com aqueles obtidos no exercício anterior, observe a deterioração da capacidade de pagamento dos compromissos realizáveis imediatamente e em até doze meses.

Nesta análise da capacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo, foram considerados os valores relativos ao RPPS, tendo em vista que o referido regime não dispõe de significativos recursos em caixa ou de elevado endividamento de curto prazo. Assim, os valores do Disponível, do Ativo e do Passivo Circulante do RPPS pouca ou nenhuma alteração fazem na análise de ambos os índices.

As Tabelas 3.5c e 3.5d trazem esta análise.

Tabela 3.5c Capacidade de pagamento imediato das dívidas de curto prazo (exceto RPPS)

Descrição	2017	2016
Disponível (Exceto RPPS) (A=B-C)	10.331.962,95	16.539.057,91
Disponível do Município (B)	10.351.637,83(1)	16.546.802,55(2)
Disponível do RPPS (C)	19.674,88(3)	7.744,64(4)
Passivo Circulante (Exceto RPPS) (D=E-F)	14.860.954,44	17.702.110,26
Passivo Circulante do Município (E)	14.898.643,64(1)	17.735.293,42(2)
Passivo Circulante do RPPS (F)	37.689,20(3)	33.183,16(4)
Capacidade de pagamento imediato, exceto RPPS (A-D)	-4.528.991,49	-1.163.052,35
Liquidez Imediata, exceto RPPS (A/D)	0,70	0,93

Fonte: (1)Balço Patrimonial Retificado do município (Documento 61)
 (2)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
 (3)Balço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência - RPPS (documento 32)
 (4)Balço Patrimonial do RPPS 2016 (documento 60)


Tabela 3.5d Capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo (exceto RPPS)

Descrição	2017	2016
Ativo Circulante (Exceto RPPS) (A=B-C)	11.332.588,20	18.572.472,18
Ativo Circulante do Município (B)	11.749.717,83(1)	19.014.368,14(2)
Ativo Circulante do RPPS (C)	417.129,63(3)	441.895,96(4)
Passivo Circulante (Exceto RPPS) (D=E-F)	14.860.954,44	17.702.110,26
Passivo Circulante do Município (E)	14.898.643,64(5)	17.735.293,42(2)
Passivo Circulante do RPPS (F)	37.689,20(5)	33.183,16(2)
Capacidade de pagamento, exceto RPPS (A-D)	-3.528.366,24	870.361,92
Liquidez Corrente, exceto RPPS (A/D)	0,76	1,05

Fonte: (1)Balço Patrimonial Retificado do município (Documento 61)

(2)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior

(3)Balço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência - RPPS (documento 32)

(4)Balço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência - RPPS 2016 (documento 60)

(5)Item 3.2 deste relatório

Em síntese, o fato relatado guarda relação com as seguintes deficiências e/ou irregularidades:

1. LOA com previsão de um limite exagerado para a abertura de créditos adicionais, descaracterizando a concepção da peça orçamentária como um instrumento de planejamento (Item 2.1).
2. Deficit de execução orçamentária no montante de R\$ 6.422.667,25 , ou seja, o Município realizou despesas em volume superior à arrecadação de receitas (Item 2.4).
3. Empenhar e vincular despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício (Item 6.3).
4. Deficiente controle contábil por fonte/destinação de recursos, o qual permite empenhar e vincular despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício, provocando comprometimento da receita do exercício seguinte (Item 6.3).

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



4

REPASSE DE DUODÉCIMOS À CÂMARA DE VEREADORES

Objetivo:

- Verificar a tempestividade do repasse ao Poder Legislativo dos duodécimos previstos na Lei Orçamentária (LOA) e a conformidade de seus valores em relação aos ditames constitucionais.



O artigo 29-A da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009, determina que a despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar percentuais específicos incidentes sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior²⁷.

O § 2º do referido artigo dispõe ainda que o prefeito poderá ser responsabilizado criminalmente na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- Não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês;
- Enviá-lo a menor da proporção fixada na Lei Orçamentária.

É entendimento desta Corte de Contas, manifestado no Acórdão TC nº 154/2012, que o comando constitucional expresso no artigo 29-A é apenas um limite e não gera direito de o Poder Legislativo receber, a título de duodécimos, o valor nele mencionado.

O repasse feito ao Legislativo não necessariamente decorre da aplicação dos percentuais positivados na Constituição Federal (incisos I a VI do artigo 29-A) sobre o somatório da receita efetivamente realizada no exercício anterior²⁸. O repasse está tão somente limitado a esse valor.

De acordo com o Apêndice X, o valor permitido para o repasse de duodécimos ao Poder Legislativo pode ser resumido da seguinte forma:

Tabela 4 Valor permitido de duodécimos x Total de duodécimos repassados à Câmara de Vereadores

Especificação	Valor
Percentual estabelecido na Constituição Federal	7,00(2)%
Limite Constitucional (em R\$)	R\$ 1.325.879,04
Valor autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA)	R\$ 1.557.000,00
Valor permitido	R\$ 1.325.879,04
Valor efetivamente repassado à Câmara Municipal (sem considerar os inativos)	R\$ 1.327.008,00
Percentual em relação à receita efetivamente arrecadada em 2016	7,01%

Fonte: Apêndice X.

A Prefeitura de Saloá repassou R\$ 1.128,96 a maior, não cumprindo com o disposto no caput do artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal. Tal fato é passível de enquadramento como crime de responsabilidade do prefeito, de acordo com o § 2º, I, do mesmo artigo 29-A, da Carta Magna.

²⁷ O Art. 29-A da Constituição Federal estabelece os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% para Municípios com população de até 100.000 habitantes;
- II - 6% para Municípios com população entre 100.000 e 300.000 habitantes;
- III - 5% para Municípios com população entre 300.001 e 500.000 habitantes;
- IV - 4,5% para Municípios com população entre 500.001 e 3.000.000 de habitantes;
- V - 4% para Municípios com população entre 3.000.001 e 8.000.000 de habitantes;
- VI - 3,5% para Municípios com população acima de 8.000.001 habitantes.

²⁸ Receita tributária e de transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal.



Os repasses de duodécimos ao Legislativo Municipal efetuados em 2017 foram feitos até o dia 20 de cada mês, conforme evidencia o documento 47, Cumprindo o que preceitua o inciso II do parágrafo 2º do artigo 29-A da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



5

GESTÃO FISCAL

Objetivos:

- Analisar o cumprimento do limite de despesa total com pessoal do Poder Executivo previsto na LRF (54% da RCL).
- Analisar o cumprimento do limite da dívida consolidada líquida previsto na LRF (120% da RCL).
- Verificar se houve a contratação de operação de crédito e se ela ocorreu com base em autorização legislativa.
- Analisar o cumprimento do limite de operações de crédito (16% da RCL) e do limite do saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita (7% da RCL), previstos na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º, inciso I.
- Verificar se houve inscrição de Restos a Pagar, Processados ou não Processados, sem disponibilidade de recursos, quer sejam estes vinculados ou não vinculados.

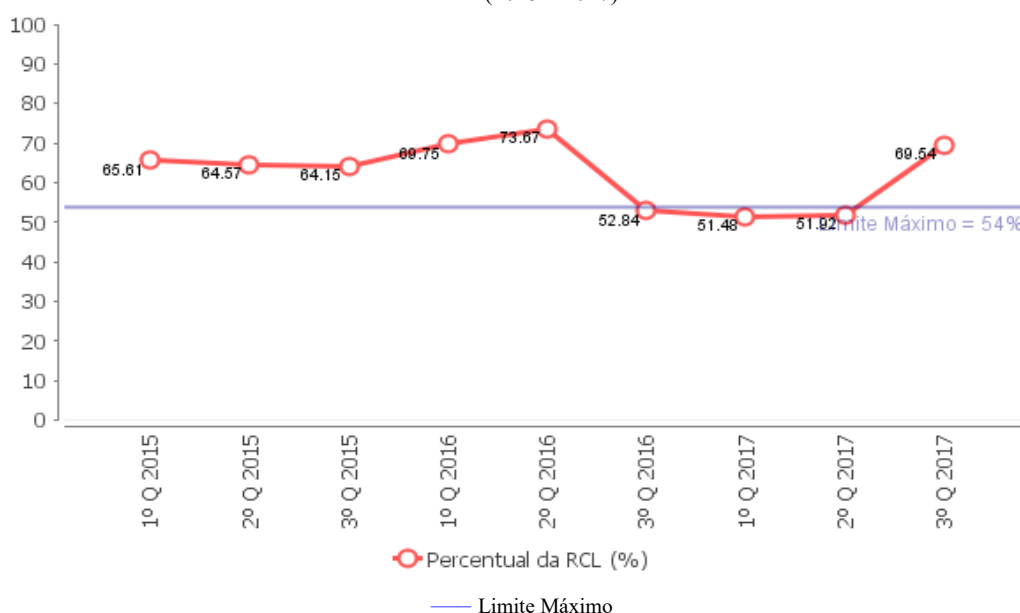


5.1 Despesa Total com Pessoal

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), em seu art. 20, inciso III, estabeleceu que a despesa total com pessoal do Poder Executivo não deve ultrapassar 54% da Receita Corrente Líquida (RCL) do respectivo período de apuração.

A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de R\$ 23.764.824,63 ao final do exercício de 2017 (Apêndice III), o que representou um percentual de 69,54% em relação à RCL do Município, apresentando diferença em relação àquela apresentada no RGF do encerramento do exercício de 2017, que foi de 69,61% da RCL.

Gráfico 5.1a Percentual da Despesa Total com Pessoal comprometida com a RCL
Saloá (2015 a 2017)



Fonte: (1)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(2)Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)
(3)Apêndice III deste relatório (Apuração da DTP).
(4)Apêndice II deste relatório (RCL).

Conforme se observa no gráfico anterior, a Prefeitura de Saloá desenquadrou-se no 3º quadrimestre de 2017, ultrapassando o limite previsto na LRF.

Segundo o art. 8º da Resolução TCE-PE nº 20/2015:

Art. 8º O RGF deverá indicar as medidas corretivas adotadas, ou a adotar, pelo respectivo Poder, caso seja ultrapassado qualquer dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 55 da LRF.

Em nenhum dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) emitidos pela Prefeitura de Saloá foram informadas as medidas corretivas para a redução e controle da despesa total com pessoal.

Ressalte-se, ainda, que a referida prefeitura foi alertada por este Tribunal de Contas em razão de ter ultrapassado o percentual de 48,6% da RCL (limite de alerta), ou seja, 90% do limite máximo legal, conforme Ofícios nº 00081/2017 TCE-PE, de 09/08/2017 e TC/GC-01



nº 00247/2017 DE 15/12/2017 (documentos 74 e 75), nos termos que prescreve o art. 59, § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 101/2000.

A Prefeitura de Saloá vem de um longo período de desenquadramento em relação a este limite. Efetivamente, desde 2010 este Tribunal abre processos para analisar a ausência de recondução da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo Municipal ao limite prescrito na LRF, nos prazos nela estabelecidos, conforme Tabela 5.1 a seguir:

Tabela 5.1 Processos formalizados no TCE-PE sobre o comprometimento da RCL com a DTP anteriores a 2017

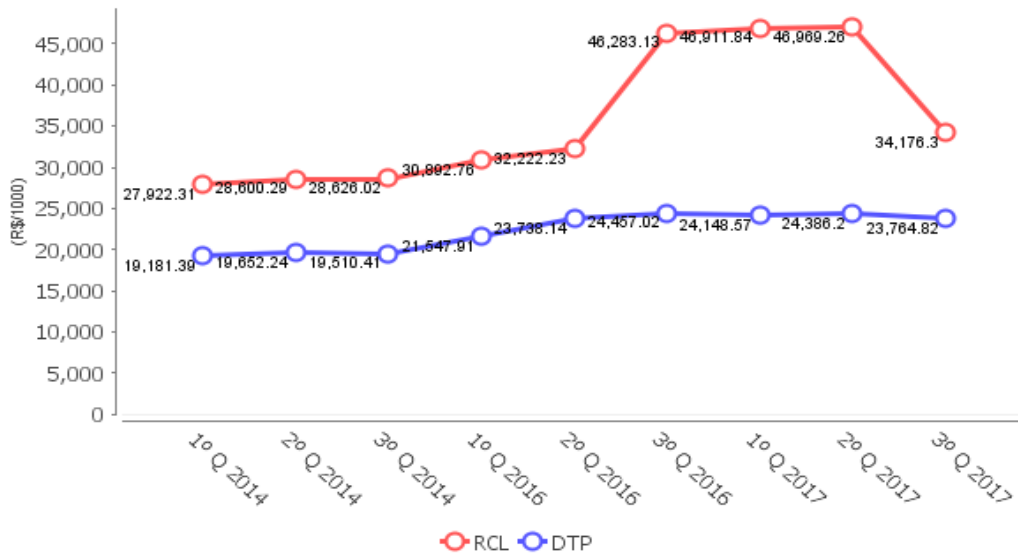
Processo	Exercício	Relator	Situação do processo em Dez/2018
11901536	2010	VALDECIR FERNANDES PASCOAL	IRREGULAR
11901548	2010	VALDECIR FERNANDES PASCOAL	IRREGULAR
11901550	2010	VALDECIR FERNANDES PASCOAL	IRREGULAR
11903430	2011	JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS	IRREGULAR
12900023	2011	JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS	IRREGULAR
12901672	2011	JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS	IRREGULAR
1590005-8	2013	ADRIANO CISNEIROS	REGULAR COM RESSALVA
15900125	2014	MARCOS COELHO LORETO	IRREGULAR
17900153	2015	JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS	IRREGULAR
19900028	2016	JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS	IRREGULAR

Fonte: Consulta ao sistema de acompanhamento de processos (AP) (documento 73), extraído do Sistema AP deste Tribunal de Contas a partir de consulta realizada em 04/06/2019

Visualiza-se a seguir o comportamento da receita corrente líquida e da despesa total com pessoal de forma conjunta:



Gráfico 5.1b RCL x DTP – Série Histórica (2015-2017) – R\$/1000



Fonte: (1)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(2)Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)
(3)Apêndice III deste relatório (Apuração da DTP).
(4)Apêndice II deste relatório (RCL).

Ressalta-se que, uma vez excedido 95% do limite estabelecido no art. 20 da LRF, o Poder Executivo ficará impedido de:

- conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- criar cargo, emprego ou função;
- alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- dar provimento a cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e
- contratar hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias (LRF, artigo 22, parágrafo único, incisos I a V).

Quando extrapolado o limite de despesa com pessoal, e não havendo a redução do excedente no prazo legal, enquanto perdurar o excesso, o ente ficará impedido de:

- receber transferências voluntárias, exceto as relativas a ações de educação, saúde e assistência social;
- obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e
- contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal (LRF, artigo 23, § 3º, incisos I a III, c/c artigo 25, § 3º).



Em suma, a extrapolação do limite da despesa com pessoal guarda relação com o seguinte ponto:

- Receita Corrente Líquida informada no RGF com inconsistência de valores (Item 2.4.1).

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



5.2 Dívida Consolidada Líquida

Com objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município e verificar os limites de endividamento estabelecidos pela LRF, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo deve conter o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL)²⁹.

O Senado Federal definiu, através do art. 3º, inciso I, da Resolução nº 40/2001, que a DCL dos municípios está limitada a 120% da receita corrente líquida.

A Dívida Consolidada Líquida do Município de Saloá, no encerramento do exercício de 2017, alcançou R\$ 1.620.232,91, o que representa 4,74% da RCL (Apêndice IV), estando enquadrada em relação ao limite estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

O valor acima apurado diverge do percentual apresentado pela Prefeitura no RGF do encerramento do exercício de 2017 (documento 13), no qual a relação entre DCL e RCL foi de 1,81%. No cálculo da Dívida Consolidada Líquida constante no citado RGF (documento 13, p. 04), não foram considerados como Deduções os valores da Disponibilidade de Caixa Bruta e Restos a Pagar Processados.

²⁹ Conforme artigo 55, inciso I, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/2000.



5.3 Operações de crédito

O RGF do Município de Saloá também deverá conter comparativo entre o montante de operações de crédito realizadas, inclusive por antecipação de receita orçamentária, e os limites definidos pelo Senado Federal³⁰.

O artigo 7º, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, estabelece que em um exercício financeiro o município não poderá exceder o limite de 16% de sua RCL com operações de crédito internas e externas.

Além disso, o art. 10 da mesma resolução limita o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita a 7% da RCL.

De acordo com o Apêndice I deste relatório, verifica-se que a Administração não realizou operação de crédito no exercício de 2017.

³⁰ Conforme artigo 55, inciso I, alínea “d”, da Lei Complementar nº 101/2000.



5.4 Restos a Pagar do Poder Executivo

Nos termos do art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64: “Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas”.

Sobre os Restos a Pagar, o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional explica³¹:

Para que a despesa seja empenhada, liquidada, paga ou inscrita em restos a pagar, deve, anteriormente, ter sido compatibilizada e adequada à LOA, à LDO e ao PPA, ter sido efetuada a devida programação financeira e a adequada estimativa orçamentário-financeira seguindo os procedimentos licitatórios devidos. (...) Portanto, os restos a pagar constituem instituto que somente existe em consequência da execução orçamentário-financeira da despesa referente à parcela do orçamento empenhada e pendente de pagamento no encerramento do exercício, sendo que a parcela liquidada será inscrita em restos a pagar processados e a pendente de liquidação, em restos a pagar não processados.

Segundo orientação do MDF, os Restos a Pagar do exercício somente poderão ser inscritos, considerando a sua vinculação, caso haja disponibilidade de caixa líquida³².

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) prevê, no § 1º, de seu art. 1º, a necessidade de obediência aos limites e condições para inscrição de Restos a Pagar como um pressuposto de responsabilidade fiscal.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (grifo nosso)

Com objetivo de dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa, os Poderes Executivo e Legislativo municipal devem elaborar o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Anexo 5 do RGF de encerramento do exercício).

As Tabelas 5.4a e 5.4b a seguir apresentam a situação dos Restos a Pagar e da Disponibilidade de Caixa ao final do exercício de 2017:

Tabela 5.4a Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Descrição	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados	Total dos Recursos
Disponibilidade de Caixa Bruta (A)	10.349.546,44(1)	2.091,39(1)	10.351.637,83
Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores (B)	8.816.128,11(1)	0,00(1)	8.816.128,11
Restos a Pagar Processados do exercício (C)	2.749.482,19(1)	0,00(1)	2.749.482,19
Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores (D)	0,00(1)	0,00(1)	0,00

³¹ BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2016. p. 609.

³² BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2016. p. 618.


Tabela 5.4a Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Descrição	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados	Total dos Recursos
Demais obrigações financeiras (E)	2.588.025,01(1)	11.482,52(1)	2.599.507,53
Disponibilidade de Caixa Líquida (F = A-B-C-D-E)	-3.804.088,87	-9.391,13	-3.813.480,00

Tabela 5.4b Restos a Pagar não Processados por origem dos recursos

Descrição	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados	Total dos Recursos
Restos a Pagar Não Processados do exercício	0,00(1)	0,00(1)	0,00

Fonte (Tabelas 5.4a e 5.4b):

(1) Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)

Ao cotejar, na Tabela 5.4a, o saldo da Disponibilidade de Caixa Bruta (linha A) por grupo de recursos com a soma entre os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores (linha B) e as Demais obrigações financeiras (linha E), verifica-se que o montante de R\$ 10.349.546,44, em recursos vinculados já não era suficiente para bancar ambas obrigações mencionadas, as quais somam R\$ 11.404.153,12³³, em recursos vinculados.

O cotejamento anterior, A - (B + E), permite conhecer a Disponibilidade de Caixa antes da inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício (C), sendo possível, agora, verificar se o gestor municipal assumiu compromissos em 2017 em condições de pagá-los.

Verifica-se que, ao encerrar o exercício de 2017, o prefeito não deixou recursos vinculados suficientes para suportar o montante inscrito em Restos a Pagar Processados de R\$ 2.749.482,19, em recursos vinculados.

Identifica-se, portanto, que, em 2017, houve a inscrição de restos a pagar processados sem que houvesse disponibilidade de caixa, caracterizando o desequilíbrio fiscal do governo municipal.

Convém mencionar fatores que levam ao descontrole dos gastos públicos, podendo ter reflexos na inscrição de restos a pagar processados sem que houvesse disponibilidade de caixa:

- Ausência/Deficiência de controle de fontes/destinação de recursos (Item 3.1);

Registre-se que a inexistência de disponibilidade para o pagamento de despesas deste e de outros exercícios poderá comprometer o desempenho orçamentário do exercício seguinte.

³³ R\$ 8.816.128,11 + R\$ 2.588.025,01.



6

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Objetivos:

- Verificar o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino previsto na Constituição Federal.
- Verificar o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos do FUNDEB na valorização dos profissionais do magistério.
- Verificar se os recursos do FUNDEB foram integralmente utilizados no exercício e, caso contrário, se foram deixados para serem utilizados no primeiro trimestre do exercício subsequente, no máximo, 5% destes recursos.
- Verificar se há controle das despesas vinculadas aos recursos do FUNDEB com a finalidade de evitar a realização de tais despesas sem lastro financeiro.



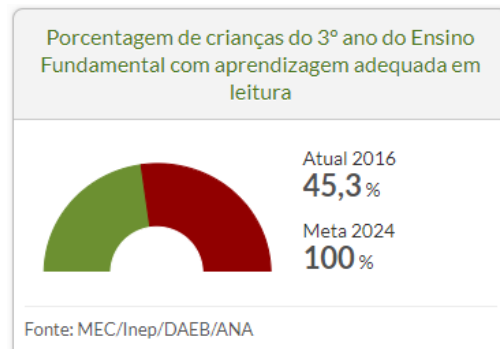
Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, em seu relatório "Aspectos Fiscais da Educação no Brasil", publicado em julho de 2018³⁴:

O Brasil gasta atualmente, em educação pública, cerca de 6,0% do PIB, valor superior à média da OCDE (5,5%) – que engloba as principais economias mundiais – e de pares como Argentina (5,3%), Colômbia (4,7%), Chile (4,8%), México (5,3%) e Estados Unidos (5,4%). Cerca de 80% dos países, incluindo vários países desenvolvidos, gastam menos que o Brasil em educação relativamente ao PIB. (...)

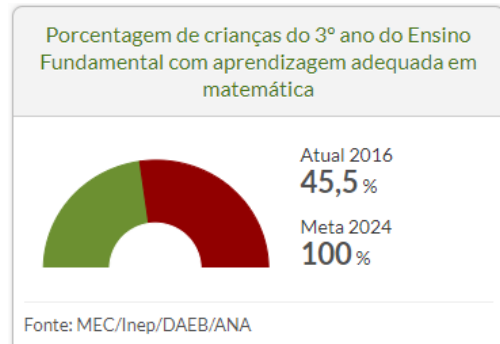
Na principal avaliação internacional de desempenho escolar, o Pisa (Programme for International Student Assessment), o Brasil figura nas últimas posições. Dos 70 países avaliados em 2015, o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática.

O fraco desempenho nacional na aprendizagem das crianças do Ensino Fundamental também foi aferido pelo Ministério da Educação (MEC) na Avaliação Nacional da Alfabetização³⁵ (ANA)³⁶, realizada em 2016:

Desempenho nacional na aprendizagem das crianças do Ensino Fundamental em leitura:



Desempenho nacional na aprendizagem das crianças do Ensino Fundamental em matemática:



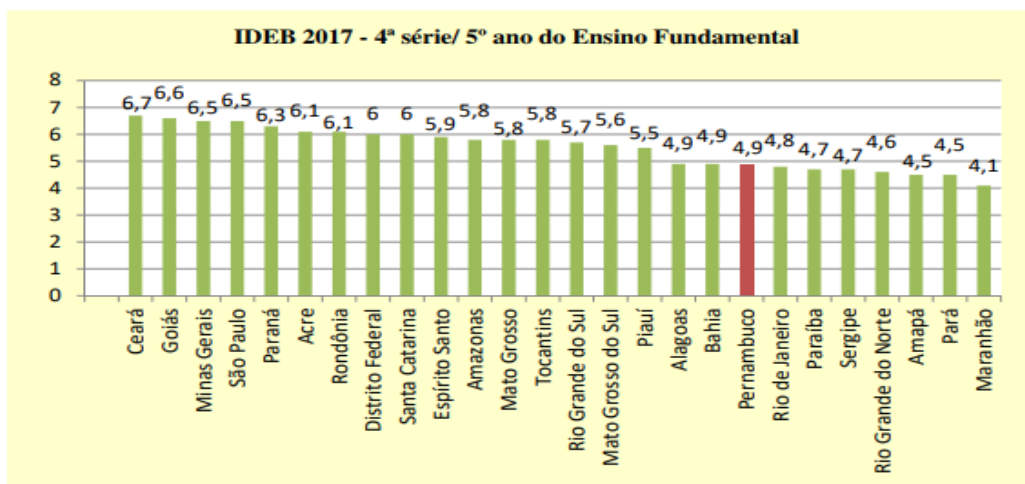
No cenário nacional, Pernambuco não é modelo de excelência no que diz respeito ao desenvolvimento da educação básica. Em relação aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), as escolas da rede estadual ocupam a 19ª posição, após os Estados intermediários³⁷:

³⁴ Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/617267/CesefEducacao9jul18/4af4a6db-8ec6-4cb5-8401-7c6f0abf6340>, consulta feita em 24/10/2018, vide p. 2 e p. 10.

³⁵ Uma criança pode ser considerada alfabetizada quando se apropria da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para seguir aprendendo, buscando informação, desenvolvendo sua capacidade de se expressar, de desfrutar a literatura, de ler e de produzir textos em diferentes gêneros, de participar do mundo cultural no qual está inserido. (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/5-alfabetizacao>)

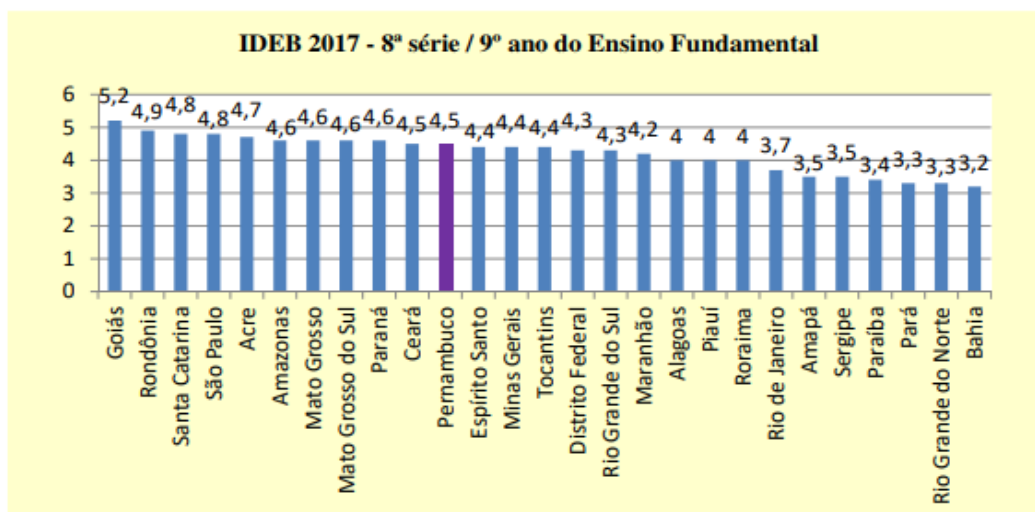
³⁶ Gráficos extraídos de: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/5-alfabetizacao>, em 15/08/2018.

³⁷ Gráfico extraído do relatório de auditoria das contas do Governador, exercício 2017 (p. 262), Processo TCE-PE nº 1810002-7, disponível em <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/>.



Fonte: MEC/Inep

Em relação aos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), à exceção de Goiás, todos os Estados brasileiros possuem nota inferior a 5 (numa escala de 0 a 10) e as escolas estaduais de Pernambuco ocupam a 11ª posição, apenas um pouco à frente dos Estados intermediários³⁸:



Fonte: MEC/Inep

O Município de Saloá deve atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, nos termos do § 2º do art. 211 da Constituição Federal. Deve também promover ações, integradas com outros entes federativos, que permitam atingir metas, tais como a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino.

Nesse contexto, o governo municipal deve estar atento a alguns indicadores de educação que se destacam por se relacionarem com a qualidade do ensino, descrevendo a situação existente e suas mudanças ao longo do tempo. São apresentados a seguir dois indicadores sobre os quais repercutem os resultados das políticas públicas da Educação: o

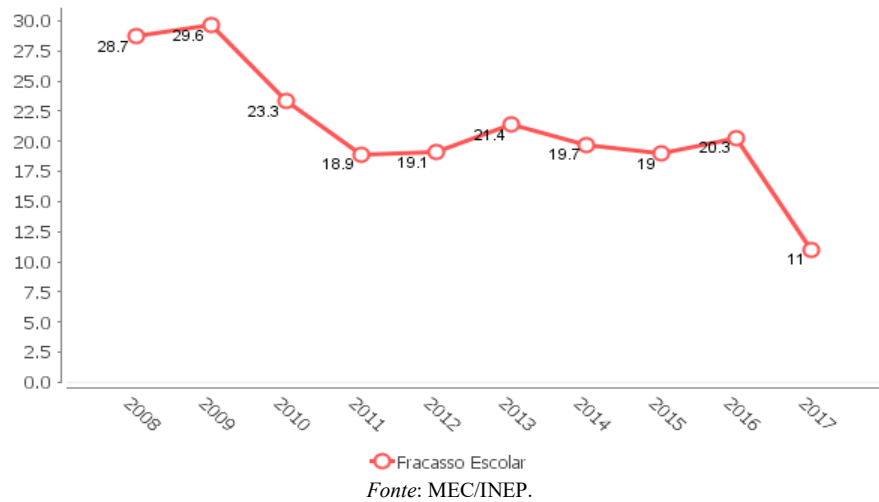
³⁸ Gráfico extraído do relatório de auditoria das contas do Governador, exercício 2017 (p. 263), disponível em <https://tce.tce.pe.gov.br>.



Fracasso Escolar³⁹ e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴⁰.

O Fracasso Escolar das escolas municipais de Saloá tem a série histórica ao lado.

Gráfico 6a Fracasso Escolar das Escolas municipais de Saloá (2008-2017)



Observa-se no Gráfico 6a uma melhoria do indicador de fracasso escolar na rede municipal de ensino de Saloá de 2016 para 2017.

Quanto ao IDEB, o conjunto das escolas da rede pública municipal de Saloá possui metas graduais de desempenho para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, devendo atingir em 2021 os valores de 5,10 e 4,70, respectivamente. Apresenta-se abaixo o cenário da série histórica do comportamento do IDEB (dependência administrativa municipal), com Meta⁴¹ e Projeção⁴²:

Gráfico 6b IDEB Anos Iniciais (Apurado, Meta e Projeção) Escolas municipais de Saloá

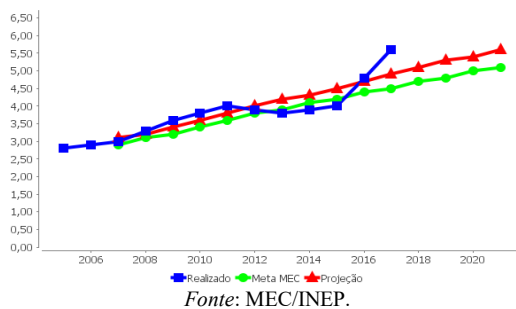
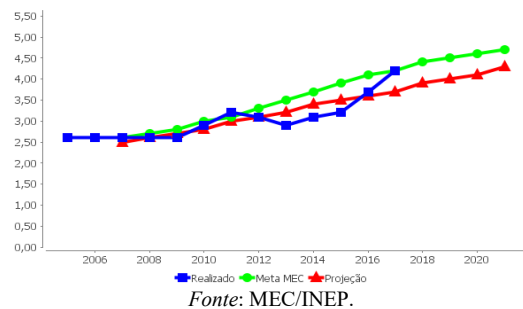


Gráfico 6c IDEB Anos Finais (Apurado, Meta e Projeção) Escolas municipais de Saloá



³⁹ O Fracasso Escolar representa a proporção de alunos na matrícula total, em determinada série e ano, que não lograram aprovação e é fornecido através da soma das taxas de abandono e reprovação. A taxa de abandono consiste na proporção de alunos da matrícula total, em determinada série e ano, que abandonaram a escola, enquanto que a taxa de reprovação representa a proporção de alunos da matrícula total em determinada série e ano que foram reprovados.

⁴⁰ Para saber mais sobre o IDEB acesse: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>.

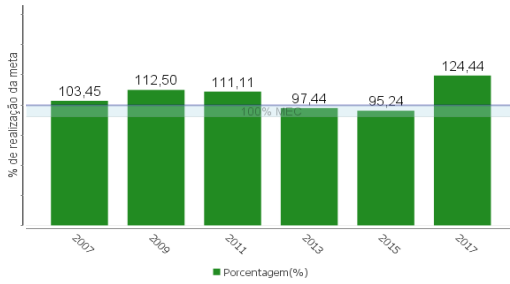
⁴¹ Para saber mais sobre os valores apurados e as metas do IDEB consulte: <http://ideb.inep.gov.br/>.

⁴² Para saber sobre a metodologia aplicada para a projeção dos dados do resultado do IDEB [clique aqui](#).



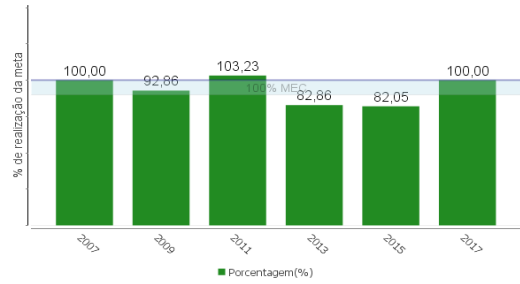
Nos Gráficos 6b e 6c percebe-se que em 2017 o resultado apurado ficou acima da meta para os anos iniciais e finais. A projeção (linha vermelha) se manteve acima da meta para os anos iniciais e finais, abaixo do realizado, porém ambos gráficos demonstram um distanciamento entre a curva da meta e da projeção até 2021.

Gráfico 6d IDEB Anos Iniciais
(% realização da meta do MEC)
Escolas municipais de Saloá



Fonte: MEC/INEP.

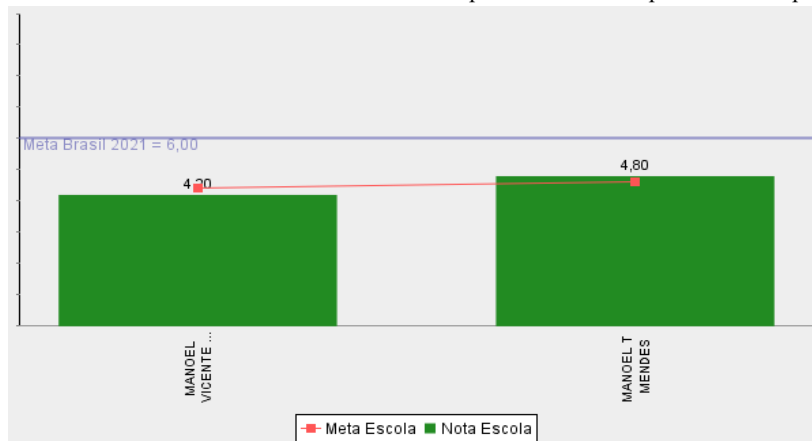
Gráfico 6e IDEB Anos Finais
(% realização da meta do MEC)
Escolas municipais de Saloá



Fonte: MEC/INEP.

O desempenho das escolas públicas municipais existentes em Saloá foi o seguinte:

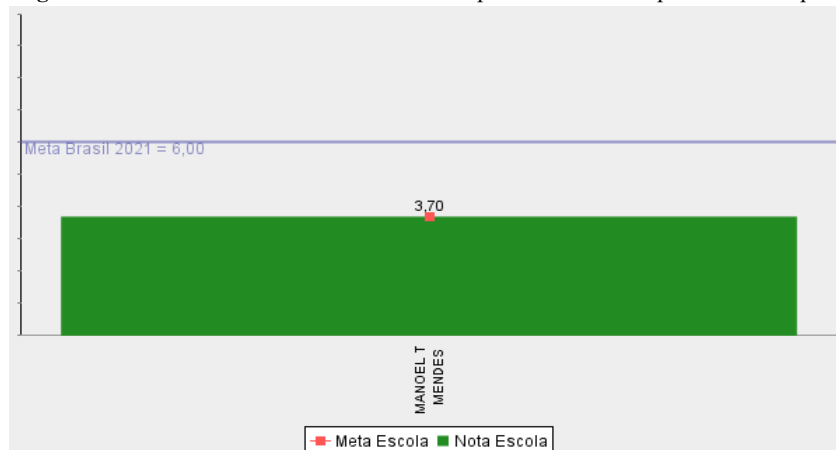
Gráfico 6f IDEB 2017 Anos Iniciais - Resultado e meta por escola da rede pública municipal de Saloá



Observação: IDEB 2017 Anos Iniciais Estado de PE = 4,9

Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 6g IDEB 2017 Anos Finais - Resultado e meta por escola da rede pública municipal de Saloá



Observação: IDEB 2017 Anos Finais Estado de PE = 4,5

Fonte: MEC/INEP.



6.1 Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

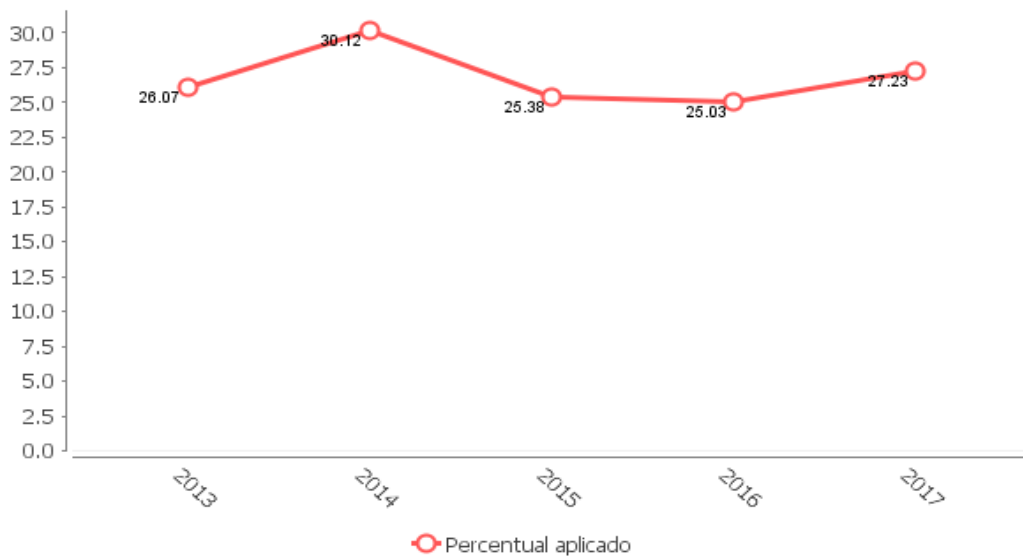
Os municípios deverão aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino no mínimo 25% da receita proveniente de impostos, incluindo as transferências estaduais e federais, conforme determina o *caput* do art. 212 da Constituição Federal.

Para o Município de Saloá, em 2017, essa receita mínima aplicável corresponde a R\$ 4.549.159,61 (Apêndice V).

O valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2017, segundo os Apêndices VI e VII, correspondeu a R\$ 4.955.409,33, o qual representa 27,23% da receita de impostos e transferências aplicável ao ensino, cumprindo a exigência constitucional acima comentada.

A série histórica de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino no Município de Saloá, apresentada a seguir, demonstra que em 2014 o percentual aplicado obteve seu melhor resultado dos últimos 4 anos, tendo havido em declínio desses gastos nos 2 anos subsequentes e, retomando o aumento dos Investimentos na Educação municipal em 2017.

Gráfico 6.1 Percentual de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (2013-2017)



Fonte: Relatórios de Auditoria.



6.2 Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica

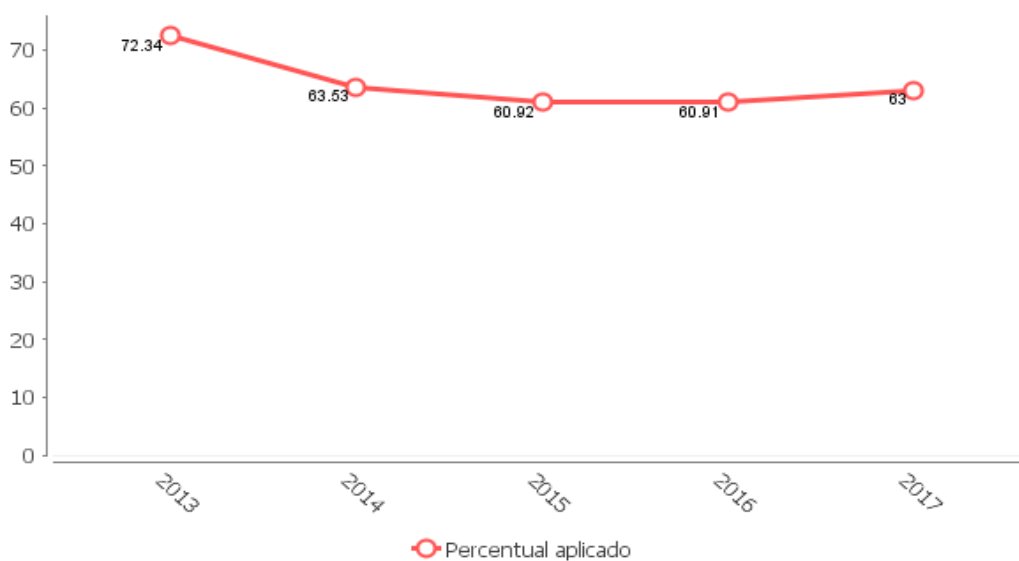
No mínimo, 60% dos recursos anuais do FUNDEB devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, conforme a Lei Federal nº 11.494/2007, art. 22. Nesses recursos, incluem-se a complementação da União e as receitas de aplicação financeira dos valores recebidos pelo Fundo.

Em 2017, as receitas do FUNDEB somaram R\$ 11.887.695,95 (Apêndice VI).

Já as despesas com a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica perfizeram R\$ 7.489.423,92, equivalendo a 63,00% dos recursos anuais do FUNDEB (Apêndice VIII), o que significa que o Município de Saloá cumpriu a exigência contida no art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007.

O município tem a seguinte série histórica de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério:

Gráfico 6.2 Percentual de aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (2013-2017)



Fonte: Relatórios de Auditoria

No período analisado, conforme o Gráfico 6.2, é possível verificar que em 2013 a aplicação dos recursos do FUNDEB nessas despesas ficou em 20% acima do limite mínimo exigido legalmente, demonstrando uma melhoria nos pagamentos desses profissionais. Entretanto, nos 3 anos seguintes houve uma redução gradativa da aplicação voltando a aumentar em 2017.



6.3 Limite do saldo da conta do FUNDEB

Os recursos do FUNDEB devem ser utilizados no exercício financeiro em que forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública⁴³. Admite-se, porém, que até 5% dos recursos recebidos à conta do Fundo, inclusive relativos à complementação da União, poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional, conforme o art. 21, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/2007.

Em 2017, o Município de Saloá recebeu R\$ 11.887.695,95 do FUNDEB. Com esses recursos, realizou despesas⁴⁴ que alcançaram a cifra de R\$ 12.072.182,81.

A diferença entre os valores recebidos e aplicados mencionados acima corresponde a R\$ 184.486,86, o que representa um percentual de -1,55% do valor anual recebido do FUNDEB, logo cumprindo a exigência acima disposta.

Entretanto, embora tenha demonstrado o cumprimento do referido dispositivo legal, o Apêndice IX evidencia também a realização de despesas com recursos do Fundo sem lastro financeiro.

O artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007 dispõe:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Neste sentido, a Decisão TCE-PE nº 1.346/2007, de 03 de outubro de 2007, determina:

O gestor público de recursos do antigo FUNDEF e do atual FUNDEB não deve utilizar recursos de um exercício para pagar débitos de exercícios anteriores, sem que tenha sido deixado saldo comprometido especificamente para tal fim no exercício correspondente. Para tal devem ser usadas rubricas próprias do orçamento do exercício corrente.

Assim, considerando o disposto acima, é recomendável que o gestor municipal se abstenha de empregar recursos do FUNDEB para o pagamento das despesas inscritas em restos a pagar sem lastro financeiro e, caso já o tenha feito, o saldo contábil da conta do referido fundo, então negativo, deve ser recomposto em montante equivalente ao valor despendido.

Ademais, verificou-se que não houve saldo do FUNDEB em 2016 a ser utilizado em 2017, conforme Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (documento 15, p. 3), haja vista não constar nenhum valor informado no “Quadro do controle da utilização de recursos no exercício subsequente”, sobre o FUNDEB, no campo “Recursos recebidos do FUNDEB em 2016 que não foram utilizados”.

⁴³ Conforme o art. 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

⁴⁴ Valor determinado pelo total das despesas do FUNDEB após as devidas deduções, tais como restos a pagar sem disponibilidade financeira (R\$ 20.400,19(4)) e despesas com superavit financeiro do exercício anterior (R\$ 0,00(2)). Ver Apêndice IX.



Em suma, a irregularidade em tela guarda relação com o seguinte ponto:

- Insuficiente controle contábil dos registros da despesa por fonte de recursos (Item 3.1).

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



7

GESTÃO DA SAÚDE

Objetivo:

- Verificar o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde previsto na Constituição Federal.



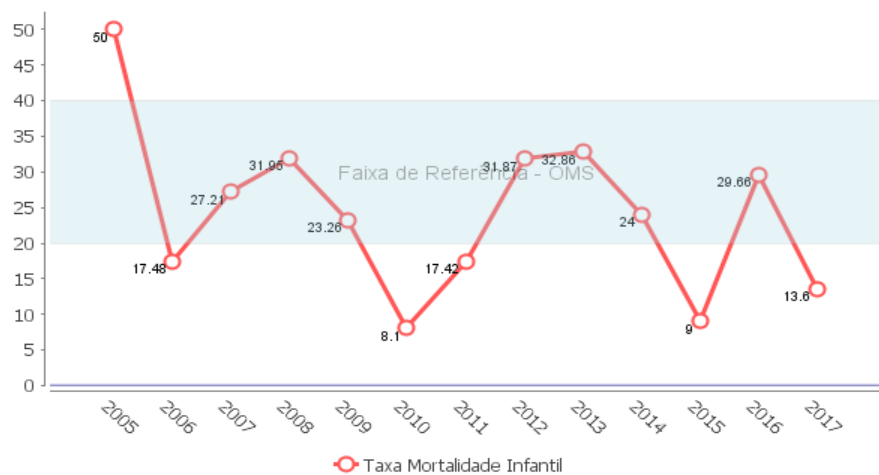
As políticas públicas de saúde no âmbito municipal devem buscar condições de cumprir, entre outros, o princípio da universalidade, sobretudo se organizando para atender a população mais carente⁴⁵.

O governo municipal é uma das esferas responsáveis por promover a articulação e interação dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo oferecer serviços de saúde que priorizem a Atenção Básica.

Um importante indicador das condições de vida e do acesso e qualidade das ações e serviços de saúde é a taxa de mortalidade infantil⁴⁶. Altas taxas de mortalidade nessa faixa etária populacional refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento econômico⁴⁷.

Ainda com dados preliminares para 2017, a taxa de mortalidade infantil de Saloá apresenta a série histórica ao lado:

Gráfico 7a Taxa de mortalidade infantil Saloá (2005 a 2017)



Fonte: Ministério da Saúde (Sistemas de Informações sobre Mortalidade-SIM e Nascidos Vivos-Sinasc).

Em municípios com baixa população, também é recomendável que os óbitos infantis sejam acompanhados pelo seu valor absoluto, visando a evitar distorções na análise do indicador da taxa de mortalidade infantil causada pela divisão de pequenos números por mil (número de óbitos infantis /1.000 nascidos vivos).

Nesses municípios, qualquer registro de óbitos de menores de um ano é sinal de alerta para a existência de falhas na rede de atendimento à saúde, em especial na atenção básica, área prioritária municipal.

⁴⁵ Em seu art. 196, a Constituição Federal estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado: “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

⁴⁶ Número de crianças que vieram a óbito até um ano de idade para cada mil nascidas vivas.

⁴⁷ Em 2016, a taxa de mortalidade infantil no mundo era, da melhor para a pior situação, a seguinte:

- a) na Europa: 8,3
- b) no Pacífico Ocidental: 10,8
- c) nas Américas: 12,1
- d) no Mundo: 30,5
- e) no sudeste da Ásia: 31,5
- f) no Mediterrâneo Oriental: 40,6
- g) na África: 52,3

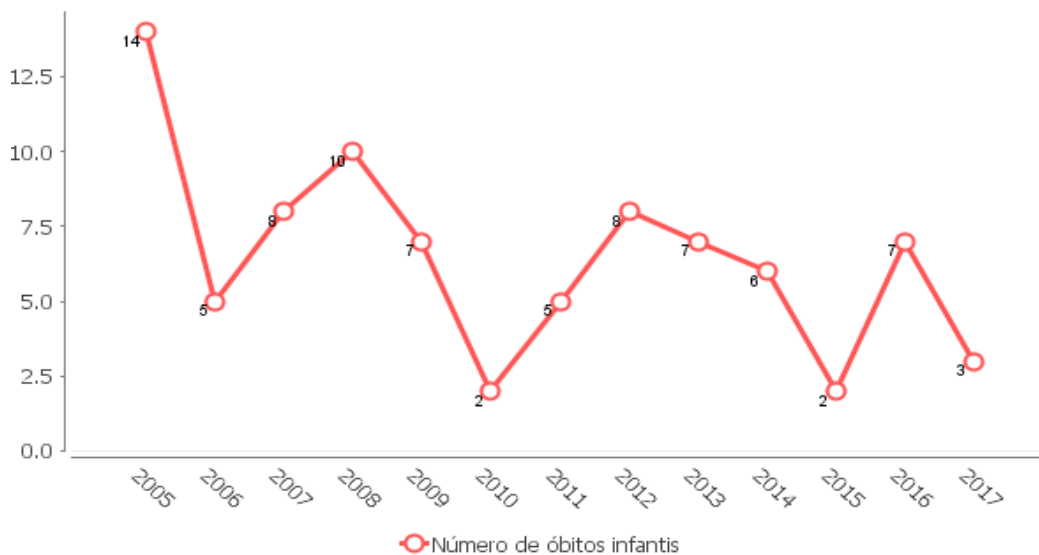
Fonte: Organização Mundial de Saúde, em http://www.who.int/gho/child_health/mortality/neonatal_infant/en/



Observa-se no Gráfico 7^a que houve uma queda da taxa de mortalidade infantil de 2016 para 2017 passando de 29,66 para 13,60.

Entre 2005 e 2017, o comportamento do número absoluto de óbitos de menores de um ano no município de Saloá foi o seguinte (Extraído de <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dh.exe?pacto/2010/cnv/pactpe.def>>):

Gráfico 7b Número de óbitos infantis - Saloá - 2005 a 2017



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

O comportamento dos dados apresentados no gráfico anterior sugere que a informação prestada ao Ministério da Saúde tem problemas de subnotificação.

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



7.1 Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde

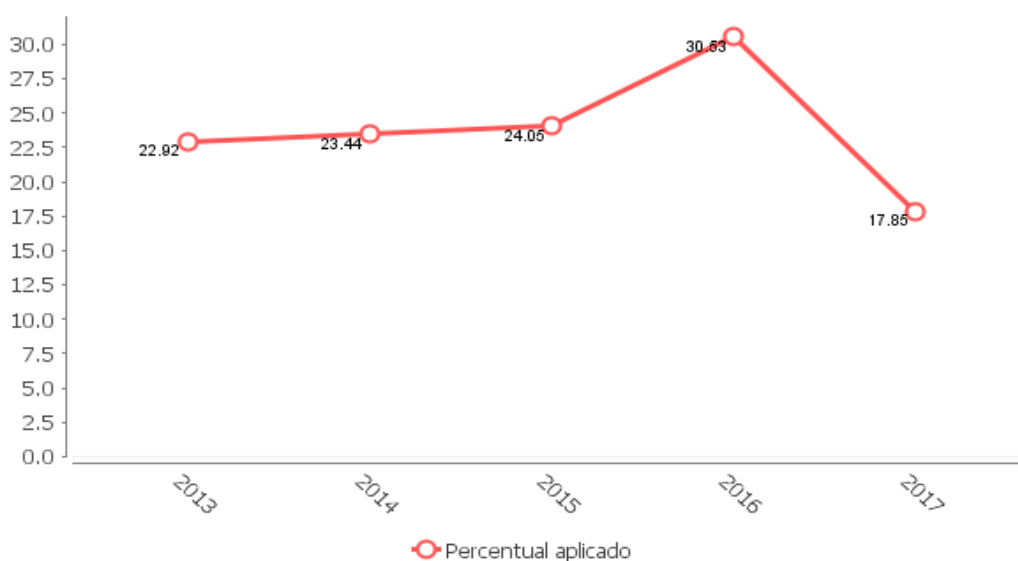
A Lei Complementar Federal nº 141/2012 estabelece que os municípios devem aplicar em ações e serviços públicos de saúde pelo menos 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea *b* e § 3º da Constituição Federal, e que esses recursos, bem como os transferidos pela União para a mesma finalidade, serão aplicados por meio de Fundo Municipal de Saúde.

A receita acima mencionada somou R\$ 17.009.209,40, o que resulta na obrigatoriedade de aplicar em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, R\$ 2.551.381,41 (Apêndice V).

O total das despesas realizadas nas ações e serviços públicos de saúde por meio do Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Saloá correspondeu a um percentual de 17,85% (Apêndice XI), cumprindo o disposto no art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

Os percentuais de aplicação em ações e serviços públicos de saúde têm a seguinte série histórica:

Gráfico 7.1 Percentual de aplicação em ações e serviços de saúde (2013 a 2017)



Fonte: Apêndice XI.

Cabe salientar que apesar do município ter atingido o limite mínimo legalmente exigido, o Gráfico 7.1 demonstra que houve uma redução de 42% na aplicação em ações e serviços públicos de saúde de 2016 para 2017.



8

GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

Objetivos:

- Evidenciar se as receitas previdenciárias arrecadadas no exercício são suficientes para realizar os pagamentos de benefícios previdenciários do exercício.
- Evidenciar se o RPPS está em equilíbrio, deficit ou superavit atuarial, bem como, caso haja desequilíbrio, se foi implementado plano de amortização do deficit atuarial.
- Avaliar se as contribuições previdenciárias dos servidores foram recolhidas ao RPPS.
- Avaliar se as contribuições patronais foram recolhidas.
- Avaliar se as contribuições em regime de parcelamento de débito foram recolhidas.
- Avaliar se os encargos legais decorrentes de pagamentos em atraso de contribuições previdenciárias foram recolhidos.
- Avaliar se as alíquotas de contribuição aplicadas atenderam à legislação e se foram as alíquotas sugeridas pelo atuário, com vista a garantir o equilíbrio atuarial.



A Constituição Federal, no *caput* do artigo 6º, estabelece a Previdência Social como um direito social do cidadão. Em seu artigo 40 assegura aos servidores públicos o regime de previdência nos seguintes termos:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

Essa redação foi dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998. Até o advento dessa Emenda, a aposentadoria do servidor era premial, ou seja, o regime previdenciário não tinha caráter contributivo e as contribuições dos servidores eram vertidas para o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco (IPSEP), cujo plano de benefícios previa a pensão por morte.

Como o art. 149, § 1º, da Constituição Federal já autorizava os Estados, Distrito Federal e Municípios a instituírem contribuição de seus servidores para o custeio do plano de benefícios, tornou-se realmente obrigatória a passagem para o sistema previdenciário de caráter contributivo que a Lei Federal nº 9.717/1998 havia determinado, mas que carecia de convalidação constitucional. Isto não correspondeu a um mero redirecionamento dos recursos arrecadados do IPSEP para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), e sim a uma nova modelagem do sistema previdenciário.

Em 2017, o município de Saloá possuía um regime previdenciário próprio e seus servidores ocupantes de cargo efetivo estavam vinculados ao Fundo de Previdência Municipal de Saloá.

Da leitura do artigo 40 da Constituição Federal acima transcrito, também se observa a preocupação expressa na Carta Magna quanto à solidez do regime, ao preconizar o equilíbrio financeiro e atuarial como critério a ser observado.

A Lei Federal nº 9.717/1998 disciplina a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS), preceituando que eles devem garantir o equilíbrio financeiro e atuarial e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por eventuais insuficiências financeiras dos seus respectivos regimes.

No mesmo sentido, o art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que “o ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para os seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará, com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial”.

Para aferir e evidenciar o equilíbrio financeiro e atuarial, o regime próprio de previdência deve possuir uma contabilidade própria, capaz de permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do RPPS.

Com base nessas informações contábeis, apresenta-se a seguir um exame sobre os resultados alcançados pela política pública adotada para o regime previdenciário municipal, sob os aspectos do equilíbrio financeiro e atuarial, dos recolhimentos de contribuições previdenciárias e das respectivas alíquotas de contribuição.



8.1 Equilíbrio Financeiro

A essência do RPPS é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados para transformar a poupança presente em benefícios futuros, quando os servidores deixarem de ser ativos. Para que isto se concretize é fundamental a busca do equilíbrio financeiro.

O equilíbrio financeiro é atingido quando se garante a equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro (art. 2º, inc. I, da Portaria MPS nº 403/2008). Ou seja, considera-se que o RPPS está em equilíbrio financeiro quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados (resultado previdenciário maior ou igual a zero).

O objetivo do resultado previdenciário é explicitar a necessidade de financiamento do RPPS, motivo pelo qual os recursos para cobertura de insuficiências financeiras, deficit financeiros ou atuariais não devem estar contemplados.

Em 2017, o RPPS de Saloá apresentou resultado previdenciário superavitário em R\$ 17.181,77, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 8.1 Resultado Previdenciário

Descrição	Valor (R\$)
Receita Previdenciária ⁴⁸ (A)	3.468.379,10
Despesa Previdenciária ⁴⁹ (B)	3.451.197,33
Resultado Previdenciário (C = A – B)	17.181,77

Fonte: Apêndice XII.

É possível, ainda, visualizar a situação comparativa das previsões de receita e despesa previdenciárias com as respectivas receitas arrecadadas e despesas realizadas entre os exercícios de 2015 e 2017, conforme se observa no gráfico a seguir:

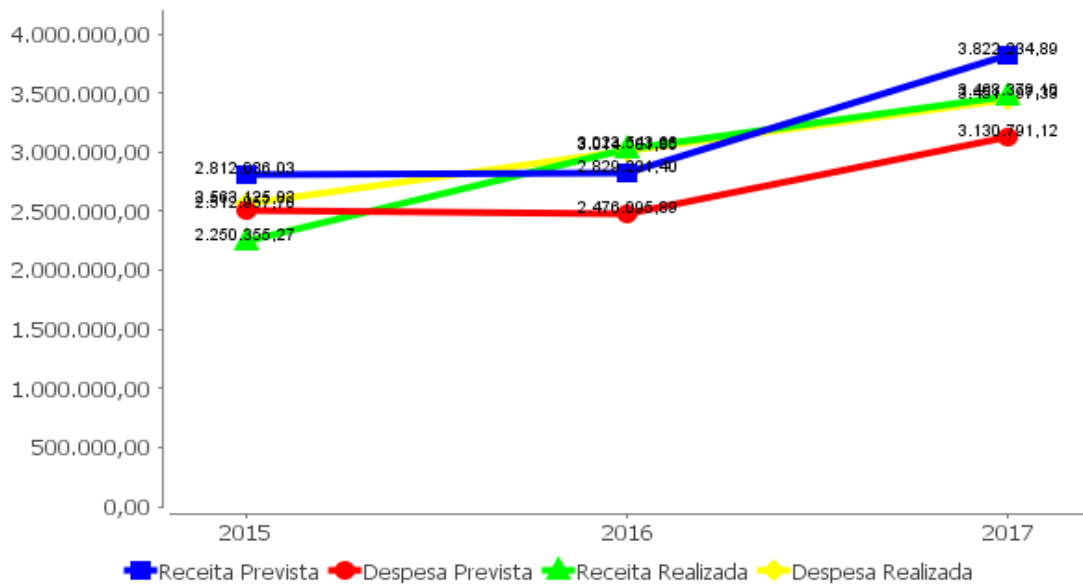
⁴⁸ As receitas previdenciárias registram o somatório das receitas orçamentárias correntes e de capital, incluídas as intraorçamentárias (exceto os aportes para cobertura do deficit atuarial), consoante as fontes de informação apontadas na tabela acima.

Não devem fazer parte do Resultado Previdenciário os aportes para cobertura de deficit atuarial, pois, segundo Portaria MPS Nº 746/2011, são valores que devem “permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos”.

⁴⁹ Já as despesas previdenciárias se compõem das despesas orçamentárias, incluídas as intraorçamentárias, consoante as fontes de informação apontadas na tabela anterior.



Gráfico 8.1b Receita e Despesa Previdenciária
Saloá (2014 e 2017)



Fonte: Relatórios de Auditoria 2015 a 2016, DRAA/2015, DRAA/2016 e Apêndice XII



8.2 Equilíbrio Atuarial

Equilíbrio atuarial é a garantia da equivalência a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo (art. 2º, inc. II, da Portaria MPS nº 403/2008).

Assim, a título de exemplo, haverá situação de desequilíbrio se, mesmo existindo equilíbrio ou superavit em um exercício, nos exercícios posteriores previstos no cálculo atuarial, os recursos se demonstrem insuficientes para o pagamento dos benefícios futuros. Deste modo, além do equilíbrio no exercício financeiro, o regime próprio deve ter um plano de custeio que garanta os recursos necessários para o pagamento das despesas projetadas para os exercícios posteriores previstos no cálculo atuarial.

Deve-se, portanto, entender a expressão “equilíbrio financeiro e atuarial” como a garantia de que os recursos do RPPS serão suficientes para o pagamento de todas suas obrigações, tanto no curto prazo, a cada exercício financeiro, como no longo prazo, que alcança todo o seu período de existência.

O equilíbrio atuarial de um regime previdenciário é calculado em uma avaliação atuarial.⁵⁰

A avaliação atuarial é um estudo técnico, feito por um atuário, com base nas informações cadastrais da população coberta pelo RPPS. Esse estudo objetiva estabelecer os recursos necessários para garantia dos pagamentos dos benefícios previstos na legislação previdenciária municipal.⁵¹

Mais especificamente, a avaliação atuarial também objetiva dimensionar o valor das reservas matemáticas do RPPS e de outros compromissos do plano de benefícios, de forma a estabelecer o adequado plano de custeio. É um instrumento fundamental e estratégico para o fornecimento de informações sobre o plano de benefícios, permitindo o planejamento de longo prazo das obrigações de natureza previdenciária.

O cálculo do resultado atuarial (deficit ou superavit) do RPPS consta do DRAA 2018, ano base 2017. A lógica ali evidenciada é a de que o atuário, ao realizar a avaliação, apura o “custo” do RPPS, representado pelo montante total dos compromissos futuros do plano de benefícios para honrar os direitos previdenciários de seus segurados, para em seguida determinar de que maneira esses compromissos poderão ser financiados, por meio do estabelecimento de um plano de custeio.

O RPPS de Saloá apresentou o seguinte resultado atuarial:

⁵⁰ A partir de 2001, a legislação previdenciária exigiu que os entes federativos passassem a encaminhar anualmente ao Ministério da Previdência Social um resumo do resultado de suas avaliações atuariais, por meio de documento eletrônico: o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA).

⁵¹ 0,00(1)As informações relativas à avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência constam no DRAA 2018, que deve ser enviado ao Ministério da Previdência Social (Disponível em <http://www.previdencia.gov.br>), possibilitando análise e acompanhamento da situação do plano de benefícios.



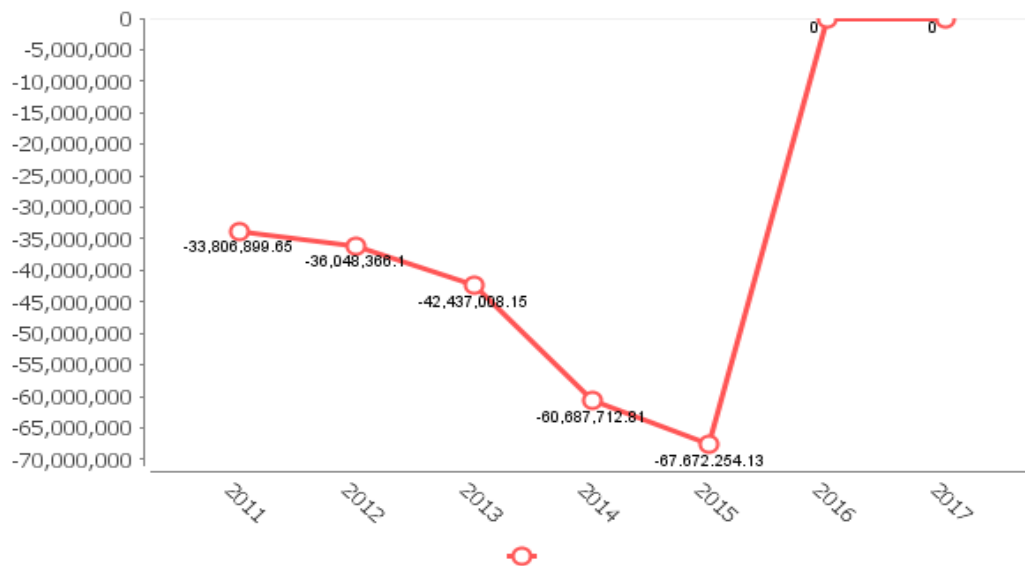
Tabela 8.2 Cálculo do Resultado Atuarial do RPPS⁵²

Descrição	Valor (R\$)
Ativo real líquido (A)	21.352.882,79
Passivo atuarial (B)	21.352.882,79
Resultado atuarial (C) = (A – B)	
Deficit (-) /Superavit (+)	0,00

Fonte: APÊNDICE XIII

O gráfico a seguir apresenta o resultado atuarial no período de 2011 a 2017:

Gráfico 8.2a Resultado atuarial do RPPS de Saloá (2011 a 2017)



Fonte: Demonstrativos do Resultado da Avaliação Atuarial(DRAAs)

Em síntese, conforme disposto no DRAA de 2018 (p.11,documento 59), o Plano apresentou ao final de 2017 um resultado do equilíbrio atuarial zerado (p.20,documento 59) para uma população coberta de 501 segurados (p.11,documento 59).

O parecer da avaliação atuarial (p.32-33,documento 59) também deixou evidenciado:

- a) quanto às perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados não há perspectiva de alteração da população segurada, por falta de previsão de concurso público;
- b) quanto à adequação da base de dados utilizada e respectivos impactos em relação aos resultados apurados é de inteira responsabilidade do Ente/RPPS, tendo em vista que o Atuário, normalmente, não tem acesso à base cadastral. Caso não tenha sido informado corretamente, numa eventual correção poderá haver significativa alteração;

⁵² O resultado atuarial será obtido pela diferença entre o passivo atuarial e o ativo real líquido, sendo este representativo dos recursos já acumulados pelo RPPS (art. 17, § 4º, da Portaria MPS 403/2008). O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios (art. 17, § 1º, da Portaria MPS 403/2008).



- c) a análise dos regimes financeiros e métodos atuariais adotados e, perspectivas futuras de comportamento dos custos e dos compromissos do Plano de Benefícios foi considerada alíquota contributiva suficiente, para haver saldo a capitalizar no final de cada exercício, para ao longo prazo atingir o equilíbrio Atuarial e Financeiro do Regime;
- d) quanto à adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de segurados e de seus dependentes e análises de sensibilidade para os resultados, informa que, normalmente o cadastro não foi devidamente elaborado foi adotado a premissa de que 90% são casados, havendo mais de um dependente, o valor do benefício é dividido e na ausência de um dos dependentes a sua parte é dívida entre os demais;
- e) para a determinação do valor da compensação previdenciária a receber e impactos nos resultados foi informado que não há cadastro correto das contribuições para outros regimes (RGPS e/ou RPPS), logo não há como precisar o valor correto da compensação previdenciária, sendo adotado o critério legal de 10% do Valor Atual do Benefícios a Conceder e Concedidos;
- f) quanto à composição e características dos ativos garantidores do plano de benefícios, normalmente os ativos garantidores dos planos são deficitários, pois não houve comprometimento dos governantes desde a criação, sempre ficando o problema para ser resolvido com a nova gestão;
- g) os compromissos do plano (VABF e VACF) pode varia a cada reavaliação atuarial face a movimentação da população segurada: com saída dos elegíveis ao regime, possível aumento salarial, alteração de tábuas exigidas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores;
- h) o equilíbrio Atuarial e Financeiro em quase todos os municípios estão prejudicados por falta de comprometimento dos governantes anteriores e até mesmo dos atuais, em honrar os compromissos integrais definidos pelo cálculo;
- i) com a implementação do plano de custeio definido na avaliação, tendo em vista como resultado valor positivo a capitalizar no final de cada exercício, a longo prazo haverá o equilíbrio atuarial e financeiro do regime;
- j) a análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais ocorreram a cada período movimentação da população segurada e beneficiada, alteração de tábua, aumento da folha salarial, inclusive repasse que não foram honrados que resultou em parcelamento de débito previdenciários;
- k) como principais riscos do plano de benefícios foram apontados: a interferência do poder executivo nos trabalhos atuariais, exigindo dos atuários alíquotas menores, falta dos devidos repasses, aplicações de critérios danosos ao regime, no que concerne a incentivação de saída para elegibilidade, aumento discrepante salarial.

O comprometimento do equilíbrio financeiro ou atuarial do regime também implica no aumento do passivo do município ante o seu sistema de previdência, uma vez que as obrigações pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime próprio são de responsabilidade do Tesouro municipal, conforme § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 9.717/1998, e art. 26 da portaria MPS nº 403/2008.

A Lei de Responsabilidade Fiscal reforça as perspectivas de planejamento e



transparência da ação estatal ao apresentar os pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, conforme § 1º do art. 1º:

Art. 1º Omissis

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (grifos)

Por fim, cabe ainda ao governante acompanhar a solidez do RPPS de modo que o regime ofereça tanto segurança jurídica ao conjunto dos segurados do sistema, quanto a garantia ao Município de que não haverá formação de passivos futuros capazes de afetar o equilíbrio de suas contas e o cumprimento de suas metas fiscais.

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



8.3 Recolhimento das Contribuições Previdenciárias

O Demonstrativo de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias ao RPPS Retificado (documento 65), demonstra um repasse integral à conta do RPPS.

Tabela 8.3a Contribuição dos Servidores ao RPPS

Competência	Retida (A)	Contabilizada	Recolhida (Principal) ⁵³ (B)	Recolhida (Encargos) ⁵⁴	Não Recolhida (A-B)
Janeiro	52.567,49(1)	52.567,49(1)	52.567,49(1)	0,00(1)	0,00
Fevereiro	58.595,49(1)	58.595,49(1)	58.595,49(1)	0,00(1)	0,00
Março	67.686,69(1)	67.686,69(1)	67.686,69(1)	0,00(1)	0,00
Abril	66.581,79(1)	66.581,79(1)	66.581,79(1)	0,00(1)	0,00
Mai	66.667,80(1)	66.667,80(1)	66.667,80(1)	0,00(1)	0,00
Junho	68.250,84(1)	68.250,84(1)	68.250,84(1)	0,00(1)	0,00
Julho	72.962,49(1)	72.962,49(1)	72.962,49(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	71.613,43(1)	71.613,43(1)	71.613,43(1)	0,00(1)	0,00
Setembro	71.692,41(1)	71.692,41(1)	71.692,41(1)	0,00(1)	0,00
Outubro	69.710,51(1)	69.710,51(1)	69.710,51(1)	0,00(1)	0,00
Novembro	69.641,07(1)	69.641,07(1)	69.641,07(1)	0,00(1)	0,00
Dezembro	69.516,84(1)	69.516,84(1)	69.516,84(1)	0,00(1)	0,00
13º Salário	69.193,63(1)	69.193,63(1)	69.193,63(1)	0,00(1)	0,00
TOTAL	874.680,48	874.680,48	874.680,48	0,00	0,00

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RPPS retificado (documento 65)

Tabela 8.3b Contribuição Patronal ao RPPS

Competência	Devida (A)	Contabilizada	Benef. Pagos Diret. (B)	Recolhida (Principal) ⁵⁵ (C)	Recolhida (Encargos) ⁵⁶	Não Recolhida ⁵⁷ (A-B-C)
Janeiro	121.949,17(1)	121.949,17(1)	1.770,99(1)	120.178,18(1)	0,00(1)	0,00
Fevereiro	135.941,61(1)	135.941,61(1)	2.123,71(1)	133.817,90(1)	0,00(1)	0,00
Março	157.508,50(1)	157.508,50(1)	1.895,27(1)	155.613,23(1)	0,00(1)	0,00
Abril	155.059,87(1)	155.059,87(1)	1.895,27(1)	153.164,60(1)	0,00(1)	0,00
Mai	155.025,11(1)	155.025,11(1)	2.115,72(1)	152.909,39(1)	0,00(1)	0,00
Junho	158.697,74(1)	158.697,74(1)	2.019,55(1)	156.678,19(1)	0,00(1)	0,00
Julho	169.629,08(1)	169.629,08(1)	2.050,62(1)	167.578,46(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	166.546,44(1)	166.546,44(1)	2.019,55(1)	164.526,89(1)	0,00(1)	0,00
Setembro	166.873,13(1)	166.873,13(1)	2.050,62(1)	164.822,51(1)	0,00(1)	0,00
Outubro	162.185,00(1)	162.185,00(1)	2.050,62(1)	160.134,38(1)	0,00(1)	0,00

⁵³ Valor repassado à unidade gestora do RPPS título de principal (valor devido originalmente).

⁵⁴ Valor repassado à unidade gestora do RPPS título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).

⁵⁵ Valor repassado à unidade gestora do RPPS a título de principal (valor devido originalmente).

⁵⁶ Valor repassado à unidade gestora do RPPS a título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).

⁵⁷ Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores.


Tabela 8.3b Contribuição Patronal ao RPPS

Competência	Devida (A)	Contabilizada	Benef. Pagos Diret. (B)	Recolhida (Principal) (C)	Recolhida (Encargos)	Não Recolhida (A-B-C)
Novembro	162.497,41(1)	162.497,41(1)	1.957,41(1)	160.540,00(1)	0,00(1)	0,00
Dezembro	161.890,31(1)	161.890,31(1)	1.926,34(1)	159.963,97(1)	0,00(1)	0,00
13º Salário	161.202,40(1)	161.202,40(1)	0,00(1)	161.202,40(1)	0,00(1)	0,00
TOTAL	2.035.005,77	2.035.005,77	23.875,67	2.011.130,10	0,00	0,00

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RPPS retificado (documento 65)
 (2) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RPPS (documento 38)

Contudo, cabe destacar quanto ao recolhimento patronal, que embora o demonstrativo evidencie um recolhimento integral constatou-se que foi aplicada a alíquota de 25,52% prevista no art. 1º, Inciso III da Lei nº 498/2013, porém, essa alíquota não estava mais vigente em 2017 uma vez que foi alterada pelo Decreto nº 25/2013 que passou a adotar a alíquota total de 20,85% para o custo normal e 14,15% custo suplementar totalizando 35%.

O citado Decreto ainda traz no § Primeiro, Art. 3º a obrigatoriedade de efetuar aporte mensal de 40% da folha de inativos e pensionistas para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS, mas conforme Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do município (documento 17) não houve o referido recolhimento.

Logo, verifica-se que não houve cumprimento das alíquotas adotadas no Decreto, cabendo ao município realizar os cálculos aplicando as alíquotas legalmente previstas e, procedendo o recolhimento das contribuições devidas.

O não recolhimento integral das contribuições previdenciárias compromete as finanças municipais na medida em que os orçamentos municipais futuros ficam cada vez mais comprometidos com o pagamento de contribuições previdenciárias, visto que somadas às contribuições do mês, deve-se pagar as contribuições em atraso.

Podem ter contribuído para o não recolhimento integral a não elaboração de programação financeira e do cronograma mensal de desembolso, visto que tais omissões não permitem que sejam adotadas medidas para o adequado controle do gasto público, podendo levar a um grave desequilíbrio fiscal futuro. Aliás, já observa-se que o município não tem capacidade de honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, conforme descrito no item 3.2.

Aliado a isto, verificou-se que o não recolhimento impactou também no equilíbrio financeiro do regime (resultado previdenciário negativo), culminando com a incapacidade do RPPS, no exercício, de acumular recursos para honrar os pagamentos futuros dos benefícios previdenciários. Além de ter efeitos no déficit atuarial, em virtude de deixarem de ingressar receitas previdenciárias, repercutindo em avaliações atuariais futuras.

Por fim, o não recolhimento das contribuições pode ocasionar:

- em relação às contribuições dos servidores: julgamento pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência de crime de apropriação indébita previdenciária (artigo 168-A do Código Penal) e improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992, artigo 11, inciso II, c/c artigo 12, inciso III). Julgamento do Prefeito ordenador de despesas pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se



na sua prática, tendo como sanção prevista a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII);

- em relação às contribuições patronais: julgamento pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992, artigo 11, inciso II, c/c artigo 12, inciso III) e julgamento do Prefeito ordenador de despesas pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática, tendo como sanção prevista a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII);
- não emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), exigido para recebimento de transferência de voluntária da União e para recebimento de recursos decorrentes de compensação previdenciária (Decreto Federal nº 3.788/2001, artigo 1º).

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



8.4 Alíquotas de Contribuição

A Lei Federal nº 9.717/1998, em seu artigo 2.º, estabelece que a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

Por seu turno, o § 1º, do art. 149 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, exige que os Estados, Distrito Federal e os Municípios instituam contribuição, cobrada de seus servidores, cuja alíquota não será inferior à contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União (atualmente fixada em 11%).

Ainda assim, o Regime Próprio deve adotar alíquota que preserve o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de previdência.

Com base no Demonstrativo de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias Retificado (documento 65) e no DRAA 2017 (documento 68), observou-se que as alíquotas de contribuição dos seus servidores, respeitaram os limites constitucional e legalmente estabelecidos, sendo fixadas as sugeridas pela reavaliação atuarial.

Quanto às alíquotas de contribuição patronal, apesar de respeitarem os limites constitucional e legalmente estabelecidos, não foram as sugeridas pela reavaliação atuarial, conforme explicitado abaixo:

Tabela 8.4 Alíquotas dos Segurados e Patronal

Alíquota dos Segurados					
Tipo	Limite legal (%)	Alíquota atuarial (%)		Alíquota fixada (%)	
Ativos (S)	$S \geq 11$	11,00		11,00(2)	
Aposentados (S)	$S \geq 11$	11,00		11,00(2)	
Pensionistas (S)	$S \geq 11$	11,00		11,00(2)	
Alíquota Patronal					
Tipo	Limite legal (%)	CN atuarial (%)	CN fixada (%)	CS atuarial (%)	CS fixada (%)
Ente (E)	$S \leq E \leq 2S$	17,04(1)	20,85(2)	6,96(1)	14,15(2)

Fonte: (1) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA extraído do CAD PREV 2017 ANO BASE 2016 (documento 68)
(2) Cópia da norma que definiu as alíquotas de contribuição para o RPPS - Decreto nº 25/2013 (documento 37)

Obs: CN = Custo Normal
CS = Custo Suplementar

Cabe salientar que o Município formalizou as alíquotas de contribuição, por meio da Lei Municipal nº 498/2013 (documento 37) adotando inicialmente a alíquota patronal total de 25,52% conforme inciso III art. 1º da citada Lei.

O §2º, inciso VIII, do Art. 1º da citada Lei prevê que as alíquotas podem ser alteradas por Decreto do Chefe do Poder Executivo. Verificou-se que foi publicado em 26 de setembro de 2013 o Decreto nº 25 (documento 37) alterando a mencionada alíquota para um total de



35%.

Entretanto, as alíquotas de contribuição do Ente contantes nos artigos 1º, 2º e 3º do Decreto são conflitantes. Não obstante as discrepâncias entre os percentuais do mesmo Decreto, ainda foram identificadas diferenças ao compará-lo com as informações do DRAA 2017 (vide observação p. 28, documento 68).

Assim, conforme demonstra a Tabela 8.4, deveria ter sido aplicada a alíquota normal de 20,85% e suplementar de 14,15% perfazendo um total de 35% para a contribuição patronal. Contudo, conforme foi relatado o Item 8.3 desse relatório não foi aplicada a alíquota estabelecida no citado Decreto, deixando portanto de serem reconhecidas as contribuições previdenciárias patronais devidas.

Tal fato enseja o desequilíbrio atuarial e financeiro do RPPS colocando em risco sua sustentabilidade, prevista no art. 40, *caput*, da Constituição Federal, sendo de responsabilidade do chefe do Poder Executivo o envio ao Poder Legislativo de projeto de lei de modo a contemplar uma alíquota que preserve o patrimônio e a segurança do regime.



9

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Objetivo:

- Evidenciar o nível de transparência do Município, obtido através da metodologia de levantamento do Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITMPE).



9.1 Transparência da gestão

A Transparência Pública encontra-se fundamentada no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, que dispõe, *in verbis*:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

A partir da normatização contida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), na Lei Complementar nº 131/2009, no Decreto Federal nº 7.185/2010 e na Lei nº 12.527/2011 (LAI), este Tribunal realizou em 2017 um diagnóstico dos portais da transparência no âmbito das prefeituras municipais de Pernambuco, mediante o estabelecimento de um índice de transparência, o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM_{PE})⁵⁸.

O ITM_{PE} foi calculado para cada prefeitura municipal através da avaliação de 18 critérios, levando em consideração uma pontuação que pode variar entre 0 e 1.000 pontos, seguindo a seguinte graduação:

Tabela 9.1 Níveis de Transparência, segundo ITM_{PE}

Nível de Transparência	Intervalo ITM _{PE}
Desejado	>750 e <= 1000
Moderado	>500 e <= 750
Insuficiente	>250 e <= 500
Crítico	>0 e <= 250
Inexistente	0

No exercício de 2017, a Prefeitura Municipal de Saloá obteve o nível de transparência Insuficiente⁵⁹ com uma pontuação de 322,00. Observa-se uma piora nível em relação a 2016 que foi de 507,00 quando tinha obtido o nível de transparência Moderado.

As consultas feitas na internet para fazer a análise do índice de transparência do município podem ser observadas no documento nº 72 deste processo.

O descumprimento das normas referentes à transparência municipal pode sujeitar o prefeito a julgamento pelo Tribunal de Contas, em Processo de Gestão Fiscal, com sanção de multa (Resolução TCE-PE nº 20/2015, artigo 12, inciso VI). Pode ensejar também o julgamento do Prefeito pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática, tendo como sanção prevista a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII).

Por fim, o município pode ficar impossibilitado de receber transferências voluntárias, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, inciso I do § 3º do artigo 23 c/c artigo 73-C.

⁵⁸ Saiba mais em: <<https://tce.pe.gov.br/indicedetranparencia2017/>>.

⁵⁹ O detalhamento da classificação está disponível em <<https://tce.pe.gov.br/indicedetranparencia2017/>>.



10

RESUMO CONCLUSIVO

Objetivos:

- Reunir as irregularidades e deficiências já comentadas nos capítulos anteriores.
- Apresentar possíveis repercussões legais associadas às irregularidades encontradas.
- Resumir em tabela os limites constitucionais e legais.
- Sugerir determinações e recomendações a serem adotadas pela gestão municipal, com o intuito de sanear, ao longo da execução orçamentária, ou evitar, em situações futuras, as irregularidades e deficiências detectadas.



10.1 Irregularidades e deficiências

Seguem relacionadas as irregularidades e deficiências [ID] identificadas na presente auditoria, agrupadas de acordo com os temas dos capítulos abordados neste relatório.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (Capítulo 2)

[ID.01] LOA com receitas superestimadas, não correspondentes à real capacidade de arrecadação do Município, resultando em despesas igualmente superestimadas (Item 2.1).

[ID.02] LOA com previsão de um limite exagerado para a abertura de créditos adicionais, descaracterizando a concepção da peça orçamentária como um instrumento de planejamento (Item 2.1).

[ID.03] Não especificação na programação financeira das medidas relativas à quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa (Item 2.2).

[ID.04] Deficit de execução orçamentária no montante de R\$ 6.422.667,25 , ou seja, o Município realizou despesas em volume superior à arrecadação de receitas (Item 2.4).

[ID.05] Demonstrativos contábeis com diversas falhas relativas aos registros das receitas (Item 2.4.1).

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (Capítulo 3)

[ID.06] Balanço Financeiro sem apresentar controle contábil das receitas e despesas orçamentárias por fonte/destinação dos recursos, deixando-se de discriminar as fontes vinculadas e não vinculadas de receitas e suas respectivas aplicações em despesas, em desobediência ao previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Item 3.1).

[ID.07] Balanço Patrimonial sem apresentar, em Quadro do Superavit/Deficit Financeiro, as disponibilidades por fonte/destinação de recursos, de modo segregado, em desobediência ao previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (item 3.1).

[ID.08] Ausência de registro, em conta redutora, de Provisão para Perdas de Dívida Ativa, evidenciando, no Balanço Patrimonial, uma situação não compatível com a realidade (Item 3.2.1).

[ID.09] Balanço Patrimonial do Município sem notas explicativas sobre o montante das provisões matemáticas previdenciárias lançadas no Passivo (Item 3.3.1).

[ID.10] Balanço Patrimonial do RPPS e do Município sem notas explicativas sobre o montante das provisões matemáticas previdenciárias lançadas no Passivo (Item 3.3.1).

[ID.11] Não foram recolhidas ao RGPS contribuições patronais no montante de R\$ 1.019.630,45 (Item 3.4).

[ID.12] Incapacidade de pagamento imediato ou no curto prazo de seus compromissos de até 12 meses (Item 3.5).



REPASSE DE DUODÉCIMOS À CÂMARA DE VEREADORES (Capítulo 4)

[ID.13] Repasse de duodécimos ao Poder Legislativo maior que o limite permitido no artigo 29-A da Constituição Federal (Item 4).

GESTÃO FISCAL (Capítulo 5)

[ID.14] Despesa total com pessoal acima do limite previsto pela LRF (Item 5.1).

[ID.15] Reincidente extrapolação do limite de despesa total com pessoal (Item 5.1).

[ID.16] Inscrição de Restos a Pagar Processados a serem custeados com recursos vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 5.4).

[ID.17] Inscrição de Restos a Pagar Processados a serem custeados com recursos não vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 5.4).

GESTÃO DA EDUCAÇÃO (Capítulo 6)

[ID.18] Empenhar e vincular despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício (Item 6.3).

GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (Capítulo 8)

[ID.19] Ausência de recolhimento ao RPPS de contribuição patronal normal (Item 8.3).

[ID.20] Ausência de recolhimento ao RPPS de contribuição patronal suplementar (Item 8.3).

[ID.21] Não adoção de alíquota sugerida na avaliação atuarial, a qual corresponde a percentual que conduziria o RPPS a uma situação de equilíbrio atuarial (Item 8.4).

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (Capítulo 9)

[ID.22] Nível “Insuficiente” de transparência da gestão, conforme aplicação de metodologia de levantamento do ITMPE, evidenciando que a Prefeitura não disponibilizou integralmente para a sociedade o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal (Item 9.1).



10.2 Possíveis repercussões legais

Este item apresenta as possíveis repercussões legais que podem advir do não atendimento a requisitos legais apresentados no relatório. Ou seja, representam possibilidades de o Prefeito vir a responder processos perante este Tribunal de Contas, a Câmara Municipal ou o Poder Judiciário, assim como restrições institucionais aplicáveis ao município.

Tabela 10.2 Possíveis Repercussões Legais

Possível Repercussão Legal	Irregularidade
- Julgamento do Prefeito pelo TCE-PE, em Processo de Gestão Fiscal, por apresentar inconsistências ou incoerências nos valores e resultados dos demonstrativos do RGF e/ou RREO, com sanção de multa (Resolução TCE-PE nº 20/2015).	[ID.15]
- Impossibilidade de receber as transferências dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União (Lei Federal nº 8.212/1991, art. 56).	[ID.11]
- Julgamento do Prefeito pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência de crime de responsabilidade (Constituição Federal, artigo 29-A, § 2º, inciso I).	[ID.13]
- Julgamento do Prefeito pelo TCE-PE, em Processo de Gestão Fiscal, por deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo, com sanção de multa de 30% dos vencimentos anuais, limitada ao período de apuração (Lei 10.028/2000, artigo 5º, inciso II e Resolução TCE-PE nº 20/2015).	[ID.14]
- Proibição de: (a) conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição; (b) criar cargo, emprego ou função; (c) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; (d) dar provimento em cargo público, admitir ou contratar de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; (e) contratar hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias (LRF, artigo 22, parágrafo único).	[ID.14] [ID.15]
- Proibição de receber transferências voluntárias, exceto relativas a ações de educação, saúde e assistência social e proibição de obter garantia e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal (LRF, artigo 23, § 3º, incisos I a III).	[ID.14] [ID.15]
- Impossibilidade de o município receber transferência voluntária (Lei Complementar nº 101/2000, inciso I do § 3º do artigo 23 c/c artigo 73-C).	[ID.22]
- Julgamento do Prefeito pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática, tendo como sanção prevista a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII).	[ID.22]
- Julgamento do Prefeito pelo TCE-PE, em Processo de Gestão Fiscal, por deixar de disponibilizar em meio eletrônico de acesso público os documentos e informações da gestão fiscal, com sanção de multa (Resolução TCE-PE nº 20/2015, artigo 12, inciso VI).	[ID.22]



10.3 Tabela de limites constitucionais e legais

Em relação ao cumprimento dos valores e limites constitucionais e legais, segue a Tabela 10.3 com a síntese do aferido ao longo do presente relatório.

Tabela 10.3 Limites Constitucionais e Legais

	Especificação	Valor (R\$) ou Limite Legal	Fundamentação Legal	% ou Valor Aplicado (R\$) ⁶⁰	Situação ⁶¹
DUODÉCIMOS	• Repasse de duodécimos à Câmara de Vereadores.	• R\$ 1.325.879,04	• CF/88, caput do art. 29-A (redação dada pela EC nº 25)	R\$ 1.327.008,00	Descumprimento
PESSOAL	• Despesa Total com Pessoal	• 54% da RCL.	• Lei Complementar nº 101/2000, art. 20.	1º Q. 51,48%	Cumprimento
				2º Q. 51,92%	Cumprimento
				3º Q. 69,54%	Descumprimento
DÍVIDA	• Dívida consolidada líquida (DCL).	• 120% da RCL.	• Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	4,74%	Cumprimento
EDUCAÇÃO	• Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.	• 25% da receita vinculável na manutenção e desenvolvimento do ensino.	• Constituição Federal, art. 212.	27,23%	Cumprimento
	• Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.	• 60% dos recursos do FUNDEB.	• Lei Federal nº 11.494/2007, art. 22.	63,00%	Cumprimento
	• Saldo da conta do FUNDEB ao final do exercício.	• Até 5% das receitas recebidas pelo FUNDEB.	• Lei Federal nº 12.494/2007, art 21, § 2º.	-1,55%	Cumprimento
SAÚDE	• Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde.	• 15% da receita vinculável em saúde.	• Lei Complementar nº 141/2012, Art. 7º.	17,85%	Cumprimento
PREVIDÊNCIA	• Limite das alíquotas de contribuição – Servidor Ativo (S)	• S ≥ 11%	• Constituição Federal, art. 149, § 1º.	11%	Cumprimento
	• Limite das alíquotas de contribuição – Aposentados (S)	• S ≥ 11%	• Lei nº 9.717/98, Art. 3º.	11%	Cumprimento
	• Limite das alíquotas de contribuição – Pensionistas (S)	• S ≥ 11%	• Lei nº 9.717/98, Art. 3º.	11%	Cumprimento

⁶⁰ Percentual (%) ou valor aplicado, que a equipe de auditoria considerou como o correto, conforme levantamento realizado.

⁶¹ Cumprimento / Descumprimento.


Tabela 10.3 Limites Constitucionais e Legais

Especificação	Valor (R\$) ou Limite Legal	Fundamentação Legal	% ou Valor Aplicado (R\$)	Situação
<ul style="list-style-type: none"> • Limite das alíquotas de contribuição – patronal • Não Segregado 	$S \leq E \leq 2S$	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Federal nº 9.717/98, art. 2.º 	20,85	Cumprimento

 Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



10.4 Sugestões de determinações e recomendações

Em face do exposto no corpo deste relatório, apresentam-se as seguintes sugestões de determinações/recomendações a serem emitidas pela relatoria ao atual Prefeito ou a quem vier a sucedê-lo:

Recomendações:

1. Realizar ajustes na estimativa da receita na próxima LOA, visando corrigir as distorções, quanto a superestimativa, e trazer os respectivos valores a real capacidade de arrecadação do município.
2. Abster-se de incluir na LOA a previsão de um limite exagerado para a abertura de créditos suplementares, descaracterizando a concepção da peça orçamentária como um instrumento de planejamento.
3. Elaborar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, que evidencie um desdobramento baseado de um estudo técnico financeiro dos ingressos e dispêndios municipais e, não apenas valores fictícios resultante do rateio do valor anual.
4. Incluir na programação financeira demonstrativo especificando em separado, a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.
5. Aprimorar o controle contábil das receitas e despesas orçamentárias por fonte/destinação dos recursos, discriminando as fontes ordinárias e vinculadas de receitas e suas respectivas aplicações em despesas, em obediência ao previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.
6. Providenciar para que seja incluído o Quadro do Superavit/Deficit Financeiro, do Balanço Patrimonial, que evidencie as disponibilidades por fonte/destinação de recursos, de modo segregado, em obediência ao previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.
7. Diligenciar para que o município tenha capacidade de honrar imediatamente ou no curto prazo seus compromissos.
8. Contabilizar a Provisão para Perdas de Dívida Ativa, evidenciando, no Balanço Patrimonial, a fim de seja garantida a integridade das informações contábeis dos ativos municipais;
9. Evitar fazer inscrição de Restos a Pagar Processados sem que haja Disponibilidade de Caixa o que poderá comprometer o desempenho orçamentário do exercício seguinte.
10. Aperfeiçoar os procedimentos relacionados à qualidade da informação disponibilizada ao cidadão, com vista ao melhoramento do Índice de Transparência Municipal, para



que a população tenha acesso aos principais dados e informações da gestão municipal de forma satisfatória.

Determinações

1. Providenciar, com a maior brevidade, o recolhimento das contribuições previdenciárias descontadas dos servidores, bem como da cota patronal devidas ao INSS.
2. Fazer o repasse de duodécimos ao Poder Legislativo dentro dos limites legais permitidos.
3. Adotar medidas urgentes quanto à redução da Despesa Total com Pessoal, em virtude dos elevados percentuais registrados nos últimos exercícios, sempre extrapolando o limite permitido, com vistas à recondução do gastos ao nível estabelecido pela legislação.
4. Abster-se de empenhar e vincular despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício, provocando comprometimento da receita do exercício seguinte.

É o Relatório.

Recife, 05 de junho de 2019.

Márcia Aparecida Pimentel Leal
matrícula 1095

AUDITORA DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA DE AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL.
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



APÊNDICES



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	38.330.909,54
1.1.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	773.520,68
1.1.10.00.00	Impostos	691.057,81
1.1.12.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	255.154,83
1.1.12.02.00	IPTU	62,14(1)
1.1.12.04.00	IR	227.304,38
1.1.12.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	159.172,55(1)
1.1.12.04.34	IRRF sobre Outros Rendimentos	68.131,83(1)
1.1.12.08.00	ITBI	27.788,31(1)
1.1.13.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	435.902,98
1.1.13.05.00	ISSQN	435.902,98(1)
1.1.20.00.00	Taxas	82.462,87
1.1.21.00.00	Poder de Polícia	75.055,30(1)
1.1.22.00.00	Prestação de Serviços	7.407,57(1)
1.1.30.00.00	Contribuição de Melhoria	0,00(1)
1.2.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.216.490,01
1.2.10.00.00	Contribuições Sociais	932.708,54
1.2.10.29.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	932.708,54
1.2.10.29.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00(1)
1.2.10.29.02	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.03	Contribuição Patronal - Inativo Civil	0,00(1)
1.2.10.29.04	Contribuição Patronal - Inativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.05	Contribuição Patronal - Pensionista Civil	0,00(1)
1.2.10.29.06	Contribuição Patronal - Pensionista Militar	0,00(1)
1.2.10.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	894.687,89(1)
1.2.10.29.08	Contribuição de Servidor Ativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.09	Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	0,00(1)
1.2.10.29.10	Contribuições de Servidor Inativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.11	Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	0,00(1)
1.2.10.29.12	Contribuições de Pensionista Militar	0,00(1)
1.2.10.29.13	Contr. Previd. para Amortiz. do Déficit Atuarial (Alíquota suplementar)	0,00(1)
1.2.10.29.15	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	38.020,65(1)
1.2.10.29.99	Outras Contribuições Sociais para o RPPS	0,00(1)
1.2.10.99.00	Outras Contribuições Sociais	0,00(1)
1.2.20.00.00	Contribuições Econômicas	283.781,47
1.2.20.29.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	283.781,47(1)
1.2.20.99.00	Outras Contribuições Econômicas	0,00(1)
1.3.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	774.522,41



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.3.10.00.00	Receitas Imobiliárias	0,00(1)
1.3.20.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	774.522,41
1.3.20.01.00	Receita de Aplicações Financeiras de Recursos do FUNDEB	55.039,22(1)
1.3.20.02.00	Receita de Aplicações Financeiras de Recursos de Convênios, Acordos e Congêneres para Educação	17.729,71(1)
1.3.20.03.00	Receita de Aplicações Financeiras de Recursos Recebidos do SUS (recursos Fundo a Fundo, por Serviços Produzidos), de operações de crédito (internas e externas) e de Transferências de Convênios	103.683,96(1)
1.3.20.04.00	Outras Receitas de Aplicações Financeiras de Recursos do FMS	0,00(1)
1.3.20.05.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	598.069,52(1)
1.3.30.00.00	Receitas de Concessões e Permissões	0,00(1)
1.3.40.00.00	Compensações Financeiras	0,00(1)
1.3.90.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	0,00(1)
1.4.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00(1)
1.5.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00(1)
1.6.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00
1.6.01.00.00	Receitas de Serviços de Saúde	0,00(1)
1.6.02.00.00	Outras Receitas	0,00(1)
1.7.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.544.016,41
1.7.20.00.00	Transferências Intergovernamentais	35.514.044,25
1.7.21.00.00	Transferências da União	20.365.524,61
1.7.21.01.00	Participação na Receita da União	14.336.440,95
1.7.21.01.02	Cota-Parte - FPM - Parcela Mensal (CF, art. 159, I, b)	13.146.549,52(2)
1.7.21.01.03	Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de dezembro (CF, art. 159, I, d)	584.441,15(2)
1.7.21.01.04	Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de julho (CF, art. 159, I, e)	602.987,87(2)
1.7.21.01.05	Cota-Parte - ITR	2.462,41(1)
1.7.21.01.32	Cota-Parte - IOF	0,00(1)
1.7.21.22.00	Transferências da Comp. Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	152.709,50
1.7.21.22.11	Cota-parte - Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00(1)
1.7.21.22.20	Cota-parte - Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	0,00(1)
1.7.21.22.30	Cota-parte Royalties - Petróleo - Lei nº 7.990/89	0,00(1)
1.7.21.22.40	Cota-Parte Royalties – Exc. da Prod. do Petr. (Lei nº 9.478/97, art. 49, I e II)	0,00(1)
1.7.21.22.50	Cota-Parte Royalties - Participação Especial - Lei nº 9.478/97, artigo 50	0,00(1)
1.7.21.22.70	Cota-Parte - Fundo Especial do Petróleo - FEP	152.709,50(1)
1.7.21.22.90	Outras Transferências – Comp. Fin. pela Exploração de Recursos Naturais	0,00(1)
1.7.21.33.00	Transferências de Recursos do SUS - Repasses Fundo a Fundo	4.285.392,64(1)
1.7.21.34.00	Transferências de Recursos do FNAS	489.753,22(1)
1.7.21.35.00	Transferências de Recursos do FNDE	1.095.567,99
1.7.21.35.01	Salário-Educação	606.484,61(1)
1.7.21.35.02	Outras Transferências	489.083,38(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.7.21.36.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	5.647,20(1)
1.7.21.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
1.7.21.99.00	Outras Transferências da União	13,11
1.7.21.99.01	Apoio Financeiro - AFM	0,00(1)
1.7.21.99.02	Outras Transferências	13,11(1)
1.7.22.00.00	Transferências dos Estados	3.315.862,91
1.7.22.01.00	Participação na Receita dos Estados	3.181.503,55
1.7.22.01.01	Cota-Parte - ICMS	2.759.824,08(1)
1.7.22.01.02	Cota-Parte - IPVA	375.384,43(1)
1.7.22.01.04	Cota-Parte - IPI sobre Exportação	9.766,64(1)
1.7.22.01.13	Cota-Parte - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	36.528,40(1)
1.7.22.01.99	Outras Participações na Receita dos Estados	0,00(1)
1.7.22.22.00	Transferências da Cota-Parte da Compensação Financeira (25%)	0,00
1.7.22.22.11	Cota-Parte - Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00(1)
1.7.22.22.20	Cota-Parte - Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	0,00(1)
1.7.22.22.30	Cota-Parte Royalties - Comp. Fin. pela Prod. Petr. (Lei nº 7.990/89, art. 9º)	0,00(1)
1.7.22.22.90	Outras Transferências - Compensações Financeiras	0,00(1)
1.7.22.33.00	Transf. de Rec. do Estado para Progr. de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	0,00(1)
1.7.22.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
1.7.22.99.00	Outras Transferências dos Estados	134.359,36(1)
1.7.23.00.00	Transferências dos Municípios	0,00
1.7.23.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00(1)
1.7.23.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
1.7.23.99.00	Outras Transferências dos Municípios	0,00(1)
1.7.24.00.00	Transferências Multigovernamentais	11.832.656,73
1.7.24.01.00	Transferências de Recursos - FUNDEB	10.724.107,37(1)
1.7.24.02.00	Complementação da União - FUNDEB	1.108.549,36(1)
1.7.24.99.00	Outras Transferências Multigovernamentais	0,00(1)
1.7.30.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00(1)
1.7.40.00.00	Transferências do Exterior	0,00(1)
1.7.50.00.00	Transferências de Pessoas	0,00(1)
1.7.60.00.00	Transferências de Convênios	29.972,16
1.7.61.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0,00
1.7.61.01.00	Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
1.7.61.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
1.7.61.03.00	Destinadas a Programas de Assistência Social	0,00(1)
1.7.61.04.00	Destinadas aos Programas de Combate à Fome	0,00(1)
1.7.61.05.00	Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.7.61.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00(1)
1.7.62.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e de Suas Entidades	29.972,16
1.7.62.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
1.7.62.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
1.7.62.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	29.972,16(1)
1.7.63.00.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	0,00
1.7.63.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
1.7.63.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
1.7.63.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00(1)
1.7.64.00.00	Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00(1)
1.7.65.00.00	Transferência de Convênios do Exterior	0,00(1)
1.7.70.00.00	Transferências para o Combate à Fome	0,00
1.7.71.00.00	Provenientes do Exterior	0,00(1)
1.7.72.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0,00(1)
1.7.73.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	0,00(1)
1.7.74.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00(1)
1.9.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.360,03
1.9.10.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00
1.9.11.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	0,00
1.9.11.10.00	Multas e Juros de Mora do IPTU	0,00(1)
1.9.11.20.00	Multas e Juros de Mora do ITBI	0,00(1)
1.9.11.30.00	Multas e Juros de Mora do ISS	0,00(1)
1.9.11.40.00	Multas e Juros de Mora do IRRF	0,00(1)
1.9.11.50.00	Multas e Juros de Mora de outros tributos	0,00(1)
1.9.13.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa	0,00
1.9.13.01.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	0,00
1.9.13.01.10	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU	0,00(1)
1.9.13.01.20	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IITBI	0,00(1)
1.9.13.01.30	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ISS	0,00(1)
1.9.13.01.40	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IRRF	0,00(1)
1.9.13.01.99	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de outros tributos	0,00(1)
1.9.13.02.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa Não Tributária	0,00(1)
1.9.18.00.00	Multas e Juros de Mora de Receitas Não Tributárias	0,00(1)
1.9.19.00.00	Multas de Outras Origens	0,00(1)
1.9.20.00.00	Indenizações e Restituições	2.162,72(1)
1.9.30.00.00	Receita da Dívida Ativa	18.517,31
1.9.31.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	18.517,31
1.9.31.10.00	Dívida Ativa do IPTU	18.517,31(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.9.31.20.00	Divida Ativa do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.9.31.30.00	Divida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.9.31.40.00	Divida Ativa do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
1.9.31.50.00	Divida Ativa de outros tributos	0,00(1)
1.9.32.00.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária	0,00(1)
1.9.90.00.00	Receitas Diversas	1.680,00(1)
1.9.90.03.00	Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00(1)
1.9.90.99.00	Outras receitas diversas	1.680,00(1)
2.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	555.573,00
2.1.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
2.1.10.00.00	Operações de Crédito Internas	0,00(1)
2.1.20.00.00	Operações de Crédito Externas	0,00(1)
2.2.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00
2.2.10.00.00	Alienação de Bens Móveis	0,00(1)
2.2.20.00.00	Alienação de Bens Imóveis	0,00(1)
2.3.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00(1)
2.4.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	555.573,00
2.4.20.00.00	Transferências Intergovernamentais	0,00
2.4.21.00.00	Transferências da União	0,00
2.4.21.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00(1)
2.4.21.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.21.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
2.4.21.99.00	Outras Transferências da União	0,00(1)
2.4.22.00.00	Transferências dos Estados	0,00
2.4.22.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00(1)
2.4.22.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.22.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
2.4.22.99.00	Outras Transferências dos Estados	0,00(1)
2.4.23.00.00	Transferências dos Municípios	0,00
2.4.23.01.00	Transferência de Recursos Destinados a Programas de Saúde	0,00(1)
2.4.23.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.23.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
2.4.23.99.00	Outras Transferências dos Municípios	0,00(1)
2.4.30.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00(1)
2.4.40.00.00	Transferências do Exterior	0,00(1)
2.4.50.00.00	Transferências de Pessoas	0,00(1)
2.4.60.00.00	Transferência de Outras Instituições Públicas	0,00(1)
2.4.70.00.00	Transferências de Convênios	555.573,00



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
2.4.71.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	555.573,00
2.4.71.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
2.4.71.02.00	Destinadas a Programas de Educação	242.100,00(1)
2.4.71.03.00	Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00(1)
2.4.71.04.00	Destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00(1)
2.4.71.05.00	Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	0,00(1)
2.4.71.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	313.473,00(1)
2.4.72.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e de suas Entidades	0,00
2.4.72.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
2.4.72.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.72.03.00	Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00(1)
2.4.72.04.00	Destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00(1)
2.4.72.05.00	Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	0,00(1)
2.4.72.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	0,00(1)
2.4.73.00.00	Transferência de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	0,00
2.4.73.01.00	Destinados a Programas de Saúde	0,00(1)
2.4.73.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.73.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00(1)
2.4.74.00.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas	0,00(1)
2.4.75.00.00	Transferência de Convênios do Exterior	0,00(1)
2.4.80.00.00	Transferências para o Combate à Fome	0,00
2.4.81.00.00	Provenientes do Exterior	0,00(1)
2.4.82.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0,00(1)
2.4.83.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	0,00(1)
2.4.84.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00(1)
2.5.00.00.00	Outras Receitas de Capital	0,00(1)
9.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	3.259.926,50
9.1.7.21.01.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	2.630.931,46
9.1.7.21.01.02	FPM – FUNDEB e Redutor Financeiro	2.629.309,59(1)
9.1.7.21.01.05	ITR	492,43(1)
9.1.7.21.36.00	ICMS Desoneração – Lei Complementar 87/96	1.129,44(1)
9.1.7.22.01.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	628.995,04
9.1.7.22.01.01	ICMS	551.964,82(3)
9.1.7.22.01.02	IPVA	75.076,89(3)
9.1.7.22.01.04	IPI - Exportação	1.953,33(3)
9.1.X.XX.XX.XX	Demais Deduções da Receita	0,00(1)
7.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.532.654,92
7.2.10.29.01	Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil	2.046.864,69(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
7.2.10.29.13	Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	0,00(1)
7.2.10.29.15	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos - RPPS	485.790,23(1)
7.9.40.00.00	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00(1)
7.9.90.99.00	Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias	0,00(1)
8.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00(1)
TOTAL DA RECEITA (considerando deduções e intraorçamentária)		38.159.210,96

Fontes de Informação:

- (1)Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do município (documento 17)
 (2)Banco do Brasil (www.bb.com.br)
 (3)<http://www.sefaz.pe.gov.br/>

Observações:



APÊNDICE II
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL
APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (art. 2º, IV da LRF)
 Mês de referência: dezembro de 2017 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2017
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
01. RECEITAS CORRENTES	38.330.909,54
01.01. Receita Tributária	773.520,68(1)
01.01.1 IPTU	62,14(1)
01.01.2 ISS	435.902,98(1)
01.01.3 ITBI	435.902,98(1)
01.01.4 IRRF	227.304,38(1)
01.01.5 Outras Receitas Tributárias	82.462,87(1)
01.02. Receita de Contribuições	1.216.490,01(1)
01.03. Receita Patrimonial	774.522,41(1)
01.04. Receita Agropecuária	0,00(1)
01.05. Receita Industrial	0,00(1)
01.06. Receita de Serviços	0,00(1)
01.07. Transferências Correntes	35.544.016,41(1)
01.07.1 Cota-Parte do FPM (Consolidado)	14.333.978,54(1)
01.07.2 Cota-Parte do ICMS	2.759.824,08(1)
01.07.3 Cota-Parte do IPVA	375.384,43(1)
01.07.4 Cota-Parte do ITR	2.462,41(1)
01.07.5 ICMS Desoneração - Lei Complementar 87/96	5.647,20(1)
01.07.6 Cota-Parte - IPI sobre Exportação	9.766,64(1)
01.07.7 FUNDEB, inclusive complementação da União	11.832.656,73(1)
01.07.8 Outras Transferências Correntes	6.224.296,38(1)
01.08. Outras Receitas Correntes	22.360,03(1)
02. (-) DEDUÇÕES	4.154.614,39
02.01. Contribuição dos segurados para o RPPS	894.687,89(1)
02.02. Compensação financeira entre regimes previdenciários	0,00(1)
02.03. Dedução da receita para formação do FUNDEB	3.259.926,50(1)
03. TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = (1 - 2)	34.176.295,15
04. RCL informada no RREO	34.138.275,77(2)
05. Diferença entre RCL apurada pela auditoria e informada pela gestão	38.019,38
06. % Diferença	0,11

Fontes de Informação:

(1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

(2) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - SICONFI (Documento 14)

Observações:



APÊNDICE III
DESPESA TOTAL COM PESSOAL
APURAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
 Mês de referência: dezembro de 2017 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2017
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
1. DESPESA BRUTA COM PESSOAL	27.116.573,41
1.1 PESSOAL ATIVO	23.790.715,82
1.1.1 Contratação por Tempo Determinado	8.239.087,83(1)
1.1.2 Salário-Família	0,00(1)
1.1.3 Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.119.328,51(1)
1.1.4 Obrigações Patronais (para o RGPS e RPPS - Fundo ou Instituto)	4.406.408,29(1)
1.1.5 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00(1)
1.1.6 Indenizações Trabalhistas	0,00(1)
1.1.7 Sentenças Judiciais	0,00(1)
1.1.8 Despesas de exercícios Anteriores	0,00(1)
1.1.9 Outros	25.891,19
1.1.9.1 Despesas com pessoal efetuadas em Consórcio Público e não consolidadas	0,00(1)
1.1.9.2 Outros benefícios previdenciários	25.891,19(1)
1.1.1 (-) Despesas indenizatórias consideradas em Pessoal Ativo	0,00
1.1.1.1 Abono de Permanência	0,00(1)
1.1.1.2 Adicional de Férias	0,00(1)
1.1.1.3 Licença Prêmio paga em pecúnia	0,00(1)
1.1.1.4 Outras despesas indenizatórias consideradas em Pessoal Ativo	0,00(1)
1.2 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	3.325.857,59
1.2.1 Aposentadoria e Reforma	3.015.814,00(1)
1.2.2 Pensões	310.043,59(1)
1.2.3 Outros Benefícios Previdenciários	0,00(1)
1.2.4 Salário-Família	0,00(1)
1.2.5 Sentenças Judiciais	0,00(1)
1.2.6 Despesas de exercícios anteriores	0,00(1)
1.2.7 Outros	0,00
1.2.8 (-) Despesas indenizatórias consideradas em Pessoal inativo e pensionista	0,00
1.3 Outras despesas de pessoal (§ 1º, art. 18, da LRF)	0,00(1)
2 DEDUÇÕES (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.351.748,78
2.1 Indenização por demissão e incentivo à demissão voluntária	0,00(1)
2.2 Decorrentes de decisão judicial	0,00(1)
2.3 Despesas de exercícios anteriores	0,00(1)
2.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (art. 19, VI, da LRF)	3.325.857,59
2.4.1 Total da despesa com Inativos e Pensionistas	3.325.857,59(1)
2.4.2 (-) Transf. de recursos para cobertura de deficit financeiro ou insuficiência financeira	0,00(2)
2.5 Outras deduções	25.891,19
2.5.1 Outros Benefícios Previdenciários	25.891,19(3)



APÊNDICE III
DESPESA TOTAL COM PESSOAL
APURAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
 Mês de referência: dezembro de 2017 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2017
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
3 DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (1-2)	23.764.824,63
4 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	34.176.295,15(4)
5 (-) Transf. obrigatórias da União relativas às emendas individuais ⁶²	0,00(5)
6 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	34.176.295,15
7 COMPROMETIMENTO DA DTP = DTP/RCL AJUSTADA (100%)	69,54%

Fontes de Informação:

- (1) Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (documento 20)
- (2) Balanço Financeiro do RPPS (documento 33)
- (3) Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (documento 34).
- (4) Apêndice II deste relatório (RCL).
- (5) <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>

Observações:

O valor de R\$ 11.119.328,51 refere-se ao total de vencimentos e vantagens fixas da consolidação geral R\$ 11.986.568,51 (documento 20) deduzido o valor da Câmara Municipal R\$ 867.240,00 (documento 63).

⁶² Ver § 13, art. 166, da Constituição Federal.



APÊNDICE IV
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL
APURAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (art. 55, I, “b” da LRF)
 Mês de referência: dezembro de 2017 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2017
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
1 DÍVIDA CONSOLIDADA CONTABILIZADA (DC)	1.620.232,91
1.1 Dívida Mobiliária	0,00(1)
1.2 Dívida Contratual	1.620.232,91
1.2.1 Parcelamento de contribuições para o RPPS	1.620.232,91(2)
1.2.2 Parcelamento de contribuições para o RGPS	0,00(2)
1.2.3 Outras dívidas contratuais	0,00(2)
1.3 Precatórios posteriores a 05/05/2000 vencidos e não pagos	0,00(1)
1.4 Demais Dívidas	0,00(1)
2 DÍVIDA CONSOLIDADA NÃO CONTABILIZADA (DNC)	0,00
3 DÍVIDA CONSOLIDADA TOTAL (1+2)	1.620.232,91
4 DEDUÇÕES	0,00
4.1 Disponibilidade de Caixa Bruta	10.351.637,83(3)
4.2 Demais Haveres Financeiros	1.000.625,25(1)
4.3 (-) Restos a Pagar Processados	11.550.592,30(1)
5 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (3-4)	1.620.232,91
6 Receita Corrente Líquida (RCL)	34.176.295,15(4)
7 % da DC sobre a RCL = Comprometimento da DC (3 / 6 x 100)	4,74%
8 % da DCL sobre a RCL = Comprometimento da DCL (5 / 6 x 100)	4,74%
9 Limite definido por Resolução do Senado Federal (120%)	41.011.554,18
10 Limite Alerta - inciso III do § 1º do art. 59 da LRF (108%)	36.910.398,76

Fontes de Informação:

- (1)Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo extraídos do SICONFI (documento 13).
- (2)Demonstração da Dívida Fundada do município Retificado (documento 76)
- (3)Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo extraídos do SICONFI (documento 13, p 12).
- (4)Apêndice II deste relatório (RCL).

Observações:



APÊNDICE V
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS VINCULADAS AO ENSINO E À SAÚDE
CÁLCULO DA RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL – RMA
 (Ensino: art. 212 da CF/88 e art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996 Saúde: Arts. 156, 158 e 159, I, b e § 3º da CF/88)
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
1 RECEITAS DE IMPOSTOS (1.1+1.2)	709.575,12
1.1 Principal, multa, juros e atualização Monetária dos Impostos (1.1.1+1.1.2)	691.057,81
1.1.1 Principal dos Impostos	691.057,81
1.1.1.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	62,14(1)
1.1.1.2 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	27.788,31(1)
1.1.1.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	435.902,98(1)
1.1.1.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	227.304,38(1)
1.1.2 Multa, juros e atualização monetária dos Impostos	0,00
1.1.2.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00(1)
1.1.2.2 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.1.2.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.1.2.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
1.2 Dívida Ativa dos Impostos (1.2.1+1.2.2)	18.517,31
1.2.1 Principal da Dívida Ativa	18.517,31
1.2.1.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	18.517,31(1)
1.2.1.2 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.2.1.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.2.1.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
1.2.2 Multa, juros e atualização Monetária da Dívida Ativa	0,00
1.2.2.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00(1)
1.2.2.2 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.2.2.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.2.2.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
2 RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (2.1+...+2.7)	17.487.063,30
2.1 Cota-Parte - FPM (Consolidado)	14.333.978,54
2.1.1 Cota-Parte - FPM - Parcela Mensal (CF, art. 159, I, b)	13.146.549,52(1)
2.1.2 Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de dezembro (CF, art. 159, I, d)	584.441,15(1)
2.1.3 Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de julho (CF, art. 159, I, e)	602.987,87(1)
2.2 Cota-Parte ICMS	2.759.824,08(1)
2.3 ICMS - Desoneração - LC n.º 87/1996	5.647,20(1)
2.4 Cota-Parte IPI-Exportação	9.766,64(1)
2.5 Cota-Parte ITR	2.462,41(1)
2.6 Cota-Parte IPVA	375.384,43(1)
2.7 Cota-Parte IOF-Ouro	0,00(1)
3 TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - ENSINO (1+2)	18.196.638,42
4 TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - SAÚDE (1+2-2.2-2.3-2.9)	17.009.209,40
5 RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL - ENSINO (0,25 x 3.)	4.549.159,61



APÊNDICE V
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS VINCULADAS AO ENSINO E À SAÚDE
CÁLCULO DA RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL – RMA
(Ensino: art. 212 da CF/88 e art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996 Saúde: Arts. 156, 158 e 159, I, b e § 3º da CF/88)
Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

	Descrição	Valor (R\$)
6	RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL - SAÚDE (0,15 x 4.)	2.551.381,41

Fontes de Informação:

(1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Observações:

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIA APARECIDA PIMENTEL LEAL
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 502db693-ebd2-41a7-a8fb-2a6b88e22cb8



APÊNDICE VI
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DA DIFERENÇA POSITIVA / NEGATIVA DO FUNDEB
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
1 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB (1.1 + ... + 1.6)	3.259.926,50
1.1 Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20,00%)	2.629.309,59(1)
1.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20,00%)	551.964,82(1)
1.3 ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB (20,00%)	1.129,44(1)
1.4 Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20,00%)	1.953,33(1)
1.5 Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB (20,00%)	492,43(1)
1.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20,00%)	75.076,89(1)
2 RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB (2.1+2.2+2.3)	11.887.695,95
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	10.724.107,37(1)
2.2 Complementação da União ao FUNDEB	1.108.549,36(1)
2.3 Rendimentos de aplicações financeiras	55.039,22(1)
3 RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)	7.464.180,87

Fontes de Informação:

(1)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Observações:



APÊNDICE VII
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DO LIMITE DE 25% COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
 (art. 212 da CF/88 e arts. 69, 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996)
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
1 EDUCAÇÃO	16.048.062,32
1.1 Educação Infantil	779.999,04(1)
1.2 Ensino Fundamental	14.782.609,85(1)
1.3 Demais Subfunções	485.453,43(1)
2 DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS MDE (2.1+ ... + 2.5)	15.586.638,89
2.1 Educação Infantil para fins de cálculo da MDE	779.999,04(2)
2.2 Ensino Fundamental para fins de cálculo da MDE	14.782.609,85(2)
2.3 Restos a pagar não-processados da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, pagos no exercício	0,00
2.4 Diferença Negativa do FUNDEB	0,00(3)
2.5 Outras (relacionadas a Educação infantil e fundamental)	24.030,00
2.5.1 Ensino Profissional, quando integrado ao ensino regular	0,00(4)
2.5.2 Educação de Jovens e Adultos, quando integrado ao ensino regular	24.030,00(4)
2.5.3 Educação Especial, quando integrado ao ensino regular	0,00(4)
2.5.4 Despesas com obras, quando destinada ao ensino regular	0,00(4)
2.5.5 Outras despesas, quando destinadas ao ensino regular	0,00
2.5.5.1 Despesas com Ensino efetuadas em Consórcio Público e não consolidadas	0,00(4)
3 DEDUÇÕES (3.1+...+3.8)	10.631.229,56
3.1 Diferença positiva do FUNDEB	7.464.180,87(3)
3.2 Complementação da União ao FUNDEB	1.108.549,36(5)
3.3 Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.039,22(5)
3.4 Despesas custeadas com superavit financeiro do exercício anterior	0,00(6)
3.5 Cancelamento, no exercício, de restos a pagar processados	647.666,07(7)
3.6 Restos a Pagar não-processados (Educação infantil e fundamental)	0,00(8)
3.7 Restos a pagar processados (Educação infantil e fundamental) inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos das fontes FUNDEB e Impostos vinculados ao ensino.	20.400,19(9)
3.8 Despesas custeadas com receitas vinculadas à manutenção do ensino (passíveis de dedução, por estarem consideradas no item 01 acima)	1.335.393,85
3.8.1 Salário Educação	669.958,09(6)
3.8.2 PDDE	0,00
3.8.3 PNATE	0,00
3.8.4 Outras despesas custeadas com recursos do FNDE	0,00
3.8.5 Programa de Transporte Escolar A Caminho da Escola	0,00
3.8.6 Despesas realizadas com recursos transferidos através de convênios/acordos/congêneres	665.435,76
3.8.7 Outras despesas, quando destinadas ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	0,00
3.8.7.1 Despesas com recursos de precatório do FUNDEB	0,00(4)
3.9 Despesas indevidas com a MDE	0,00
4 TOTAL APLICADO NO SETOR DE ENSINO (2-3)	4.955.409,33



APÊNDICE VII
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DO LIMITE DE 25% COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
 (art. 212 da CF/88 e arts. 69, 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996)
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
5 TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - ENSINO	18.196.638,42(10)
6 PERCENTUAL APLICADO NA MDE (4/5x100)	27,23
7 PERCENTUAL APLICADO NA MDE EM 2013	26,07(11)
8 PERCENTUAL APLICADO NA MDE EM 2014	30,12(11)
9 PERCENTUAL APLICADO NA MDE EM 2015	25,38(11)
10 PERCENTUAL APLICADO NA MDE EM 2016	25,03(11)

Fontes de Informação:

- (1)Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Realizada)
- (2)Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades (documento 21)
- (3)Apêndice VI deste relatório (Diferença Fundeb).
- (4)Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, por fonte de recurso, com detalhamento das fontes ordinárias e vinculadas (documento 22)
- (5)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
- (6)Demonstrativo de Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (documento 15)
- (7)Item 30 retificado Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos - exercícios anteriores retificada (documento 62)
- (8)Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (documento 28)
- (9)Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados (documento 28) combinado com Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) (documento 13)
- (10)Apêndice V deste relatório (RMA).
- (11)Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2016

Observações:

Para o cálculo do valor de R\$ 20.400,19 de Restos a Pagar Processados do FUNDEB sem disponibilidade de recursos foi utilizado o valor de R\$ 39.241,72 do saldo da Disponibilidade de Caixa do FUNDEB (40% + 60%) (documento 13, pg 12) e deduzindo do valor de R\$ 59.241,91 de Restos a Pagar Processado do FUNDEB (40% + 60%) (documento 28)



APÊNDICE VIII
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO
 (art. 60 da ADCT, art. 73 da Lei Federal nº 9.394/96, e art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007)
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
1 PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.549.023,92(1)
2 DEDUÇÕES	59.600,00
2.1 Restos a pagar do FUNDEB 60% não-processados	0,00(2)
2.2 Restos a Pagar Processados do Fundeb 60% inscritos sem disponibilidade de recursos	59.600,00(3)
2.3 Despesas do FUNDEB 60% custeadas com superavit financeiro do exercício anterior	0,00(1)
2.4 Despesas indevidas com recursos do FUNDEB 60%	0,00
3 VALOR LÍQUIDO PAGO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (1-2)	7.489.423,92
4 RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	11.887.695,95(4)
5 PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (3/4 x100)	63,00
6 PERCENTUAL APLICADO EM 2013	72,34(5)
7 PERCENTUAL APLICADO EM 2014	63,53(5)
8 PERCENTUAL APLICADO EM 2015	60,92(5)
9 PERCENTUAL APLICADO EM 2016	60,91(5)

Fontes de Informação:

- (1) Demonstrativo de Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (documento 15)
- (2) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (documento 28)
- (3) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados (documento 28) combinado com Relatório de Gestão Fiscal (RGF) (documento 13)
- (4) Apêndice VI deste relatório (Diferença Fundeb).
- (5) Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2016

Observações:



APÊNDICE IX
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DO LIMITE DO SALDO DA CONTA DO FUNDEB

(Lei nº 11.494/07, art. 21, § 2.º)

Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
1 RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	11.887.695,95(1)
2 DESPESAS DO FUNDEB	12.092.583,00(2)
3 DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (3.1+...+3.4)	20.400,19
3.1 Restos a Pagar não Processados do FUNDEB	0,00(3)
3.2 Restos a Pagar Processados do FUNDEB sem disponibilidade de recursos	20.400,19(4)
3.3 Despesas do FUNDEB custeadas com superavit financeiro do exercício anterior	0,00(2)
3.4 Despesas do FUNDEB custeadas com precatórios do FUNDEB	0,00(5)
4 DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE MÁXIMO DE 5% (2-3)	12.072.182,81
5 % DO FUNDEB NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO 100 - (4/1)*100	-1,55

Fontes de Informação:

- (1) Apêndice VI deste relatório (Diferença Fundeb).
- (2) Demonstrativo de Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (documento 15)
- (3) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados (documento 28)
- (4) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados (documento 28) combinado com Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) (documento 13)
- (5) Extratos das Despesas com Precatórios (documento 67)

Observações:

Para o cálculo do valor de R\$ 20.400,19 de Restos a Pagar Processados do FUNDEB sem disponibilidade de recursos foi utilizado o valor de R\$ 39.241,72 do saldo da Disponibilidade de Caixa do FUNDEB (documento 13, pg 12) e deduzindo do valor de R\$ 59.241,91 de Restos a Pagar Processado do FUNDEB (documento 28)



APÊNDICE X
REPASSE DO DUODÉCIMO À CÂMARA DE VEREADORES
LIMITES (caput do art. 29 – A, da CF/88, e LOA) e CONFRONTO
 Prefeitura Municipal de Saloá

Descrição	Valor (R\$)
1 RECEITA TRIBUTÁRIA	1.132.989,15
1.1 IPTU	28,22(1)
1.2 ISS	672.923,73(1)
1.3 ITBI	28.634,02(1)
1.4 IRRF (retido pelo Município)	249.102,34(1)
1.5 Taxas	182.300,84(1)
1.6 Contribuições de Melhoria	0,00(1)
1.7 COSIP	0,00(1)
1.8 Multa e Juros de natureza tributária	0,00(1)
2 TRANSFERÊNCIAS	17.782.228,88
2.1 Cota IOF - Ouro	0,00(1)
2.2 Cota ITR	3.159,99(1)
2.3 Cota IPVA	329.238,37(1)
2.4 Cota ICMS	2.544.081,33(1)
2.5 Cota IPI	4.244,43(1)
2.6 Cota FPM - Parcela Mensal (CF, art. 159, I, b)	13.882.605,06(1)
2.7 Cota FPM - Parcela extra do mês de dezembro (CF, art. 159, I, d)	576.538,86(1)
2.8 Cota FPM - Parcela extra do mês de julho (CF, art. 159, I, e)	409.728,35(1)
2.9 Cota ICMS - Desoneração	5.513,12(1)
2.10 CIDE	27.119,37(1)
3 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.911,10
3.1 Dívida Ativa Tributária (Principal)	25.911,10(1)
3.2 Dívida Ativa Tributária (Multas e Juros)	0,00(1)
4 RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA EM 2016 (1+2+3)	18.941.129,13
5 Percentual estabelecido para o Município de acordo com a população	7,00(2)

Confronto

A. Valor do 1º Limite = (4 x 5)	1.325.879,04
B. Valor do 2º Limite (Despesa Autorizada para Câmara em 2017)	1.557.000,00(3)
C. Valor repassado ao Legislativo (incluindo os inativos)	1.327.008,00(4)
D. Gastos com inativos	0,00(5)
E. Valor repassado ao Legislativo (sem os inativos) = (C-D)	1.327.008,00
F. Valor permitido (menor dos valores = A ou B)	1.325.879,04
G. Diferença entre o valor permitido e o valor repassado = (F-E)	-1.128,96

Fontes de Informação:

- (1) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
- (2) Constituição Federal, art. 29-A, e IBGE (população estimada para o exercício corrente)
- (3) Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do município (Anexo 11 da Lei Federal nº 4320/64 (documento 18)
- (4) Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos feitos à Câmara Municipal (documento 47)
- (5) Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (documento 20)

Observações:



APÊNDICE XI
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Fundo Municipal de Saúde - FMS
 (Arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 24 e 33 da LC nº 141/2012, e portaria STN nº 407/2011)
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
1 DESPESAS COM SAÚDE	8.849.673,20
1.1 Atenção Básica	6.753.077,45(1)
1.2 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.910.064,23(1)
1.3 Suporte Profilático	0,00(1)
1.4 Vigilância Sanitária	186.531,52(1)
1.5 Vigilância Epidemiológica	0,00(1)
1.6 Alimentação e Nutrição	0,00(1)
1.7 Outras subfunções	0,00(1)
1.8 Despesas com Saúde do FMS efetuadas em Consórcio Público e não consolidadas	0,00
2 (-) DEDUÇÕES	5.813.580,45
2.1 Despesas com inativos e pensionistas	0,00
2.2 Despesa com ASPS sem caráter universal	0,00
2.3 Despesas custeadas com outros recursos da saúde	5.054.583,09
2.3.1 Despesas pagas com Recursos de Transferências para Saúde	5.054.583,09(2)
2.3.2 Despesas pagas com Receita de Serviços de Saúde	0,00(1)
2.3.3 Despesas pagas com Outros Recursos	0,00(1)
2.4 Despesas indevidas em ações e serviços públicos de saúde	0,00
2.5 Cancelamento de restos a pagar processados, no exercício	1.707,35(3)
2.6 Restos a Pagar não processados sem disponibilidade de caixa	757.290,01(4)
3 DESPESAS PRÓPRIAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - recursos oriundos do FMS (01. - 02.)	3.036.092,75
4 RMA Saúde (acumulado dos exercícios anteriores)	7.355.981,84
4.1 RMA Saúde (2014)	2.276.679,81(5)
4.2 RMA Saúde (2015)	2.417.485,77(5)
4.3 RMA Saúde (2016)	2.661.816,26(5)
5 Montante aplicado em ASPS (acumulado dos exercícios anteriores)	12.850.946,19
5.1 Montante aplicado em ASPS (2014)	3.557.856,09(6)
5.2 Montante aplicado em ASPS (2015)	3.876.126,25(6)
5.3 Montante aplicado em ASPS (2016)	5.416.963,85(5)
6 Montante acumulado não aplicado em exercícios anteriores	0,00
6.1 Em 2014 (04.01.-05.01.)	0,00
6.2 Até 2015 (04.02.+06.01.-05.02.)	0,00
6.3 Até 2016 (04.03.+06.02.-05.03.)	0,00
7 TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - Recursos do FMS após vinculação de transferências (03. - 06.)	3.036.092,75
8 TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - SAÚDE	17.009.209,40(7)
9 PERCENTUAL APLICADO (07. / 08.) x 100	17,85
10 PERCENTUAL APLICADO EM 2013	22,92(8)



APÊNDICE XI
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Fundo Municipal de Saúde - FMS
 (Arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 24 e 33 da LC nº 141/2012, e portaria STN nº 407/2011)
 Prefeitura Municipal de Saloá - Exercício 2017

Descrição	Valor (R\$)
11 PERCENTUAL APLICADO EM 2014	23,44(8)
12 PERCENTUAL APLICADO EM 2015	24,05(8)
13 PERCENTUAL APLICADO EM 2016	30,53(8)

Fontes de Informação:

Observações:

- (1) Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas (documento 21)
- (2) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos - exercícios anteriores Retificado (documento 62)
- (3) Apêndice V deste relatório (RMA).



APÊNDICE XII
CÁLCULO DO RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

Descrição	Valor (R\$)
1 Receita Previdenciária (1.1-1.2)	3.468.379,10
1.1 Receita Orçamentária do RPPS	3.468.379,10(1)
1.2 Aporte para cobertura de deficit atuarial	0,00(2)
2 Despesa Previdenciária	3.451.197,33
2.1 Despesa Orçamentária do RPPS	3.451.197,33(3)
3 Resultado Previdenciário (01-02)	17.181,77
4.1 Receita Previdenciária prevista no DRAA 2017	3.822.234,89(4)
4.2 Despesa Previdenciária prevista no DRAA 2017	3.130.791,12(4)
4.3 Resultado Previdenciário previsto no DRAA 2017 (4.1-4.2)	691.443,77
5.1 Receita Previdenciária prevista no DRAA 2016	2.829.231,40(5)
5.2 Despesa Previdenciária prevista no DRAA 2016	2.476.095,89(5)
6.1 Receita Previdenciária prevista no DRAA 2015	2.812.036,03(6)
6.2 Despesa Previdenciária prevista no DRAA 2015	2.512.957,70(6)

Fonte: (1)Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do RPPS (Documento 34)

(2)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

(3)Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza do RPPS (Documento 64)

(4)Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA extraído do CAD PREV 2017 ANO BASE 2016 (documento 68)

(5)Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA extraído do CAD PREV 2016 ANO BASE 2015 (documento 69)

(6)Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA extraído do CAD PREV 2015 ANO BASE 2014 (documento 70)



APÊNDICE XIII
CÁLCULO DO RESULTADO ATUARIAL

Descrição		Valor (R\$)
1	Ativo real líquido	21.352.882,79
1.1	Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	21.352.882,79(1)
2	Passivo atuarial = Provisões matemáticas previdenciárias (2.1+2.2-2.3)	21.352.882,79
2.1	Provisão matemática dos benefícios concedidos (2.1.1-2.1.2)	42.634.145,33
2.1.1	Valor atual dos benefícios futuros – encargos de benefícios concedidos	42.653.928,61(1)
2.1.2	Valor atual das contribuições futuras e compensações a receber – benefícios concedidos	19.783,28(1)
2.2	Provisão matemática dos benefícios a conceder (2.2.1-2.2.2)	48.742.243,98
2.2.1	Valor atual dos benefícios futuros – encargos de benefícios a conceder	66.432.040,08(1)
2.2.2	Valor atual das contribuições futuras e compensações a receber – benefícios a conceder	17.689.796,10(1)
2.3	Provisão matemática para cobertura de insuficiências financeiras asseguradas por lei (2.3.1+2.3.2)	70.023.506,52
2.3.1	Valor atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	68.002.169,88(1)
2.3.2	Valor atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	2.021.336,64(1)
3	Deficit/Superavit (01-02)	0,00

Fonte: (1) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA extraído do CAD PREV 2018 ANO BASE 2017 (documento 59)